

COLEÇÃO
Mundo do Trabalho
Coordenação Ricardo Amunes

ALÉM DA FÁBRICA

Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social
Mário Augusto Bastiana e José Ricardo Ramalho (orgs.)

A CÂMARA ESCURA

Abençoados e estranhamento em Minas
José Renato

OCUPAÇÃO E SUA CONCHA

Enfrentando a nova morfologia do trabalho
Ricardo Amunes

CRÍTICA À RAZÃO INFORMAL

A inutilidade do salário
Manuel Medeiros

DA GRANDE NOITE À ALTERNATIVA

O movimento operário europeu em crise
Luís Bittu

**A DÉCADA NEOLIBERAL E A CRISE DOS SINDI-
CATOS NO BRASIL**

Adalberto Paranhos

A DESMELHIDA DO CAPITAL

Pierre Salama

O DESAFIO E O FARD DO TEMPO HISTÓRICO

O socialismo no século XXI
Israël Mészáros

DO CORPORATIVISMO AO NEOLIBERALISMO

Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra
Angela Araújo (org.)

A EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

Israël Mészáros

O EMPREGO NA GLOBALIZAÇÃO

A nova divisão internacional do trabalho
e os caminhos que o Brasil escolheu
Marcos Pechmann

O EMPREGO NO DESENVOLVIMENTO

Marcos Pechmann

DA NAIÇÃO

Marcos Pechmann

FORÇAS DO TRABALHO

Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870
Rebeca F. Silva

FORDISMO E TOYOTISMO NA CIVILIZAÇÃO

DO AUTOMÓVEL

Thomas Gannon

HOMENS PARTIDOS

Comunistas e sindicatos no Brasil
Marcos Antônio Santana

LINHAS DE MONTAGEM

O industrialismo nacional desenvolvimentista e a sindicalização
dos trabalhadores (1945-1978)
Antonio Luigi Negro

MAIS TRABALHO!

Sadi Dal Rosso

O MISTÉRIO DE FAZER DINHEIRO

Automatização e subjetividade no trabalho bancário
Vera Juliano

NEOLIBERALISMO, TRABALHO

E SINDICATOS

Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra

Huwi Beynon, José Ricardo Ramalho, John McIlroy e Ricardo Amunes (orgs.)

NOVA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO?

Um olhar voltado para a empresa e a sociedade

Helena Horta

O NOVO (E PRECÁRIO) MUNDO

DO TRABALHO

Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo

Giovanni Albo

PARA ALÉM DO CAPITAL

Rumo a uma teoria da transição

Israël Mészáros

A PERDA DA RAZÃO SOCIAL DO TRABALHO

Terceirização e precarização

Gracia Druck e Tania Franco (orgs.)

POBREZA E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

NA AMÉRICA LATINA

Pierre Salama

O PODER DA IDEOLOGIA

Israël Mészáros

RIQUEZA E MISÉRIA DO TRABALHO NO BRASIL

Ricardo Amunes (org.)

O ROUBO DA FALA

Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil

Adalberto Paranhos

O SÉCULO XXI

socialismo ou barbárie?

Israël Mészáros

OS SENTIDOS DO TRABALHO

Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho

Ricardo Amunes

SHOPPING CENTER

A catedral das mercadorias

Valquíria Padilha

A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

NA INGLATERRA

Segundo as observações do autor e fontes autênticas

Friedrich Engels

A TEORIA DA ALIENAÇÃO EM MARX

Israël Mészáros

TERCEIRIZAÇÃO: (DES)FORDIZANDO A FÁ-

BRICA

Um estudo do complexo petroquímico

Maria da Graça Druck

TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E

FRAGMENTAÇÃO DOS TRABALHADORES

Ainda há lugar para os sindicatos?

João Bernardo

ISTVÁN MÉSZÁROS

**FILOSOFIA, IDEOLOGIA
E CIÊNCIA SOCIAL**
ensaios de negação e afirmação

Tradução
Ester Vaisman

BOITEMPO
EDITORIAL

Copyright desta edição © Boitempo Editorial, 2008

Copyright © István Mészáros, 1986

Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação foi publicado pela primeira vez no Brasil em 1993, pela Editora Ensaio. O original *Philosophy, ideology & social science: essays in negation and affirmation* data de 1986, edição da Wheatsheaf Books.

Coordenação editorial

Ivana Jinkings

Editor assistente

George Pereira Filho

Assessor editorial

Alexandre Peschanski

Assistente editorial

Luciene Lima

Tradução

Ester Vaisman

Revisão

Jan Miwa Matsushita

Edição eletrônica

Liliana Rodriguez

Capa

Antonio Kehl

sobre foto de João Kehl

Produção

Marcel Iha

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M55f

Mészáros, István, 1930-

Filosofia, ideologia e ciência social / István Mészáros : [tradução Ester Vaisman]. - São Paulo : Boitempo, 2008.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-7559-126-0

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Sociologia política. I. Título.

08-4419

CDD: 306.2
CDU: 316.74:32

08.10.08 13.10.08

009152

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: outubro de 2008

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Euclides de Andrade, 27 Perdizes
05030-030 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
I. IDEOLOGIA E CIÊNCIA SOCIAL.....	15
1 A ideologia de <i>O fim da ideologia</i>	15
2 Max Weber e a "ciência social axiologicamente neutra".....	19
3 O caráter ideológico dos "tipos ideais".....	22
4 Teoria e metateoria.....	25
5 O individualismo metodológico de Homans.....	27
6 A visão de Coser sobre as funções do conflito social.....	30
7 O enraizamento prático das teorias sociais.....	34
8 A perspectiva social da ideologia keynesiana.....	43
9 A ideologia da "teoria geral" parsoniana.....	45
10 Estrutura social e teoria social.....	51
II. CONSCIÊNCIA DE CLASSE NECESSÁRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE CONTINGENTE.....	55
1 A abordagem marxiana do problema da consciência de classe.....	55
2 Posição de classe e interesse de classe.....	62
3 O desenvolvimento da consciência de classe.....	75
4 Conclusão.....	84
III. MARX FILÓSOFO.....	91
1 A realização da filosofia.....	92
2 "As ciências positivas" e a "ciência positiva" de Marx.....	97
3 A relação entre Marx e Hegel.....	108

josa de êxito dessa abordagem, como *O fim da ideologia*¹. Por sua vez, ela foi sucedida pelas teorizações que pretendiam eliminar até mesmo a possibilidade de conflito hegemônico, discutindo “O Sistema Industrial” (Raymond Aron) e *O novo Estado industrial*², postulando aspiradas convergências que nunca se materializaram. A fase seguinte, portanto, teve de tentar se desvencilhar das dificuldades através da discussão da *sociedade pós-industrial*, que prometia transcender as contradições remanescentes do capitalismo contemporâneo. É agora, que as expectativas *dese último* se provaram totalmente ilusórias, uma vez que os sérios problemas que estão na raiz da ideologia se recusam renitentemente a desaparecer, apresentam-nos as ideologias da “modernidade” ou “modernidade e seus descontentes” e – nos mais recentes esforços – do postulado gratuito da “pós-modernidade”. Dessa forma, enquanto as contradições do mundo social se fortalecem mais do que nunca e se manifestam cada vez mais de um modo que se aproxima de uma escala global avassaladora, declaram-nas, repetidamente, como já abandonadas – ou prestes a serem “suprimidas” numa sucessão interminável de construtos ideológicos que, sob um novo “pós”-rótulo dissocializado, metamortoseiam verbalmente a mesma racionalização pacificadora, tão logo sua versão anterior tenha perdido sua credibilidade.

Contudo, não podemos explicar adequadamente tais desenvolvimentos pela mera referência à conjuntura pós-guerra do conflito social. É que suas raízes intelectuais são bem mais remotas: com relação a seus temas e categorias prediletas vão até as duas primeiras décadas do século (especificamente Weber); e, em suas bases teóricas mais profundas, até a “fase heróica” da visão de mundo burguesa (i.e., o século XVIII e os primórdios do século XIX), com a qual as contas estão agora ceticamente acertadas.

Esses tópicos e seus correlatos constituem o interesse principal do presente volume. São explorados de forma crítica, em seu contexto histórico apropriado, e de forma afirmativa, sempre que houver margem para afirmação positiva. Daí o subtítulo da obra.

O leitor interessado poderá encontrar uma discussão complementar de alguns outros aspectos importantes da ideologia no meu livro sobre *O poder da ideologia*³.

¹ Daniel Bell, *O fim da ideologia* (Brasília, UnB, 1980). (N.E.)

² John Galbraith, *O novo Estado industrial*, (São Paulo, Nova Cultural, 1985). (N.E.)

³ *O poder da ideologia* (São Paulo, Boitempo, 2004). (N.E.)

I IDEOLOGIA E CIÊNCIA SOCIAL*

O presente ensaio está estreitamente relacionado a um estudo que trata das características estruturais mais fundamentais das várias formas de ideologia – desde o discurso moral e religioso à política e à arte – tomadas individualmente, bem como em suas múltiplas interconexões. Assim como das condições materiais e sociais e dos mecanismos que determinam a emergência e as transformações discretas das ideologias específicas: dos instrumentos complexos e das instituições requeridas para assegurar o impacto razoavelmente duradouro dos sistemas ideológicos; e, por último, mas nem por isso menos importante, do relacionamento intrincado entre ideologia e ciência social, consideradas como formas específicas de discurso e também como complexos sociais determinados, que desempenham uma ampla gama de funções vitais no quadro global da prática social.

Já que vários aspectos dos problemas que nos interessam foram discutidos em outros momentos, o presente ensaio¹ se concentra em um breve levantamento e crítica de algumas abordagens características do nosso tema, tentando, ao mesmo tempo, formular alguns critérios – bem experimentais – para a avaliação da ideologia e da ciência social. Com isso em mente, vamos agora nos voltar para uma área de debate cuja complexidade e importância provavelmente ninguém nega – pelo menos hoje em dia.

1. A ideologia de *O fim da ideologia*

O surpreendente é que, de fato, tantas pessoas negassem tais aspectos num passado não muito distante. Desse modo, gerações de estudantes – principalmente no período pós-

* Publicado originalmente em *The Socialist Register* (Londres, Merlin Press, 1972), p. 35-81.

¹ Versão ampliada de trabalho apresentado no Seminário Interdisciplinar da Divisão de Ciência Social da Universidade de York, Toronto, em janeiro de 1972.

guerra – foram levadas, por um número considerável de cientistas sociais patrocinados por fundações a acreditar que a ideologia fora inteiramente abolida e substituída, para sempre, pelos sistemas íntegros e sóbrios da ciência social estritamente factual.

Escapou à atenção não somente dos teóricos e politicamente ingênuos, mas, inúmeras vezes, mesmo daqueles que deveriam ter mais conhecimento a esse respeito, o fato de que tais alardes em si eram manifestações disfarçadas de um tipo peculiar de “falsa consciência” ideológica – que rotula arbitrariamente seu adversário de “ideólogo”, de modo a conseguir reivindicar para si, *por definição*, total imunidade a toda ideologia, isto é, que “provou” *aprioristicamente* tanto o vício quanto a virtude. Foi assim que um intelectual tão sério e crítico como Robert L. Heilbroner louvou no *The Reporter* o famigerado livro de Daniel Bell, *O fim da ideologia* à época de sua publicação: “Um livro de raro interesse [...] encontramos aqui mais que um comentário sobre o ‘esgotamento das idéias políticas nos anos 50’; também *revelou para nós a manifestação da realidade social, uma vez tirados os óculos ideológicos do passado*”. Uma triste submissão à total mistificação!

A economia de espaço requer que nos limitemos a citar um único exemplo, a fim de restarmos os argumentos dessa “ciência social” ideologicamente neutra, solidamente factual e despreconceituosa. Como veremos, todavia, mesmo esse único exemplo é suficientemente esclarecedor da abordagem que supostamente teria “revelado para nós a manifestação da realidade social” em sua transparência, graças à remoção dos óculos ideológicos do passado. O exemplo que tenho em mente está à página 385 de *O fim da ideologia*:

A NEP foi um passo extraordinário para Lenin, pois ele teve de admitir que não havia nada nos ‘livros antigos’ que preparasse o partido para um passo tão radical como a restauração parcial do capitalismo. Num ensaio escrito pouco antes de sua morte – um ensaio que revela a linha doutrinária que havia norteado o pensamento de Lenin – ele declarou pesarosamente: “Nem mesmo ocorreu a Marx escrever sobre o assunto; ele morreu sem deixar uma única citação precisa ou orientação irrefutável a esse respeito. É por isso que devemos enfrentar essa dificuldade inteiramente através de nossos próprios esforços.

Agora, a verdade intragável é que as grandes “revelações” não-ideológicas de Daniel Bell nada mais são que violações graves das condições mais elementares da pesquisa e análise científicas – mas, é claro, violações cometidas em nome de uma “ciência social genuína”, radicalmente oposta à “ideologia obsoleta”.

Se nos dedicarmos à morosa tarefa de verificar os fatos supostos – o que, infelizmente um número insuficiente de pessoas faz, permitindo, assim, com frequência, a difusão das distorções as mais tendenciosas como evidência incontroversa² –, concluiremos não só que não há absolutamente nada que fundamente os julgamentos controversos de Bell, mas também que a citação de Lenin em questão (isto é, o próprio texto de Lenin e não a sua versão distorcida de Bell) demonstra o *exato oposto* daquilo que nos é dado a acreditar de maneira “verdadeiramente científica”. Pois o texto autêntico de Lenin é o seguinte:

Com respeito ao capitalismo de Estado, eu penso que, geralmente, a nossa imprensa e o nosso partido erram quando mergulham no intelectualismo, no liberalismo: nós filosofamos sobre como o capitalismo de Estado deve ser interpretado e consultamos os livros antigos. Mas nesses livros não encontraremos o que estamos discutindo; eles tratam do capitalismo de Estado que existe no interior do capitalismo. Nem um único livro jamais foi escrito sobre o capitalismo de Estado sob o comunismo. Não ocorreu nem mesmo a Marx escrever uma palavra sobre esse assunto; ele morreu sem deixar uma única declaração precisa ou orientação definitiva a esse respeito. É por isso que devemos superar a dificuldade inteiramente por nossa conta. E se fizermos um levantamento geral da nossa imprensa e observarmos o que foi escrito sobre o capitalismo de Estado, como tentei fazer quando preparava o presente relatório, convenceremo-nos de que ela está errando o alvo, de que está olhando em uma direção totalmente errada.

Como podemos observar, então, a versão de Bell não somente retira do seu contexto as palavras de Lenin – se ele não o tivesse feito, em nenhum momento alguém teria levado a sério suas afirmações e acusações –, mas também assume a forma de uma tradução que transforma o trecho original na “única citação” doutrinária “precisa ou esclarecimento irrefutável” (seja lá o que possa significar “esclarecimento irrefutável”).

Na citação original não há absolutamente nenhum vestígio de um comportamento “pesaroso” por parte de Lenin, nem mesmo de “admitir” que, sob o constrangimento de circunstâncias bem singulares, os “livros antigos” não podem ajudar. Na realidade, desde o início de sua mocidade, ele sempre assumiu “passos extraordinários” para adaptar sua posição teórica às condições sócio-históricas mutáveis. (Como é fato bem conhecido, mais de uma vez ele foi acusado de ser um mero “realista astuto”, por críticos que pensavam que ele deveria ser censurado por *falta de pureza doutrinária*³.) Pelo contrário, ele insiste enfaticamente que o “intelectualismo” e o “filosofismo” sobre os problemas em jogo, com referências a livros antigos, constituem um total engano: a imprensa que adota tal procedimento “*está errando o alvo, está olhando em uma direção inteiramente errada*”. Também, no seu discurso de encerramento do debate, ele censura Preobrazhensky por ter argumentado em termos de “*escolasticismo puro*”, por fundamentar sua análise em livros antigos e acontecimentos passados, enquanto “esta é a primeira vez na história da humanidade que vemos uma coisa assim” e, portanto, “*não devemos olhar para o passado*”.

³ Lukács trabalhou com essa linha de argumentação já em 1924. Depois de citar as propostas de Lenin para o “capitalismo de Estado”, feitas no início de 1918, comentou: “Essas passagens foram citadas em pormenores específicos para refutar os mitos burgueses e socialdemocratas amplamente disseminados, segundo os quais, depois do fracasso das tentativas do ‘marxista doutrinário’ de introduzir o comunismo ‘de um só golpe’, Lenin transigiu e, ‘astuto realista que era’, desviou-se de sua linha política original. A verdade histórica é o oposto. O chamado ‘comunismo de guerra’ – sobre o qual falou Lenin – foi uma ‘improvisação’: ‘Foram a guerra e a ruína que nos forçaram ao comunismo de guerra. Não foi, e nem poderia ser, uma diretriz que correspondesse às tarefas econômicas do proletariado’ – foi, em si, um desvio do trajeto pelo qual deveria passar o desenvolvimento do socialismo, conforme suas previsões teóricas”. G. Lukács, *Lenin: a study on the unity of his thought* (Londres, New Left Books, 1970), p. 76-7.

⁴ Lenin, “Eleventh Congress of the R.C.P. (B.) – March 27-April 2, 1922”, em *Collected Works* (Moscow, Progress, 1965), v. 33, p. 310. [Ed. bras.: “Discurso no encerramento do congresso. 2 de Abril”, em *Obras recolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980, v. 3, p. 604.] A citação do discurso inaugural de Lenin provém das páginas 277-8 do mesmo volume. Ao longo de todo o livro, os itálicos são meus, a menos que se diga o contrário.

¹ Daniel Bell, *O fim da ideologia* (Brasília, UnB, 1980). (N.E.)

² Como já demonstrei em outro momento, esse não é em absoluto um incidente isolado na obra de Daniel Bell. Ele se perde igualmente nos fatos quando “analisa” os trabalhos de Marx. Cf. capítulo 8 (“A controvérsia sobre Marx”) do meu livro *A teoria da alienação em Marx* (São Paulo, Boitempo, 2006).

É tudo isso que deve ser a prova da “*linha dourinária que havia norteado o pensamento de Lenin*” – isto é, prova aos olhos do “cientista social” supremamente objetivo, que conseguiu se livrar em definitivo dos “óculos ideológicos do passado”, a tal ponto que se torna capaz não somente de anunciar “*O fim da ideologia*”, como também de ver coisas no texto de Lenin que simplesmente não estão presentes para nós, mortais inferiores, portadores de óculos ideológicos.

Mas, ironia à parte, o texto pretensamente científico de Daniel Bell é escandalosamente deturpador, mesmo em seus mínimos detalhes. Ele declara que a citação provém de um “ensaio” escrito por Lenin “*pouco antes de sua morte*”. Na realidade, provém de um discurso feito no XI Congresso do partido e publicado a partir de transcrições estenografadas. Mais importante ainda, caso se queira localizar a citação discutida: ela não foi escrita por Lenin “um pouco antes de sua morte”, mas quase *dois anos antes de sua morte*: o discurso de abertura foi proferido no dia 27 de março de 1922, e sua resposta a Preobrazhensky, um dia depois, para ser mais preciso. Quanto à fonte, há a informação de que a citação se encontra à página 338 dos *Trabalhos selecionados* de Lenin, v. XIV, citado em *The roots of American communism* [As raízes do comunismo americano], de Theodore Draper. Mas mesmo essa referência de segunda mão é ridiculamente enganosa, pois Draper dá o volume IX – e não o XIV – como sua referência⁵. (O leitor interessado pode encontrar o texto de Lenin no volume XXXIII de suas *Obras escolhidas*.)

Esse é, então, o desempenho real dessa ciência social não-ideológica, objetiva, factual e rigorosamente acadêmica. E como essa “ciência” consegue esconjurar seu adversário ideológico da forma que lhe aprouver, consegue também descartar problemas de extrema complexidade com a maior facilidade. Ideologia? Esse é o *outro* lado. E mesmo do outro lado, ela representa apenas o *passado*, uma vez que agora todos nós vivemos numa adorável sociedade “pós-capitalista” e genuinamente “industrial”. Portanto, os problemas ideológicos simplesmente não existem mais. O conflito e a complexidade *são prontamente substituídos* pela simples e profunda “engenharia social” e agora podemos todos viver felizes para sempre.

Mais o que incomoda, contudo, é que a realidade social se recusa a considerar as soluções revolucionárias dessa “ciência social” e insiste na existência de conflitos e crises que escapam à simplicidade eficiente de modelos e esquemas volitivamente pré-fabricados. Dessa forma, nossos ex-campeões da “sociedade industrial pós-capitalista” são forçados a fazer uma reviravolta espetacular. Daniel Bell, por exemplo, no momento está engajado na teorização da chamada “sociedade pós-industrial”. De fato, agora ele chega ao ponto de falar sobre o “*recorde desanimador*” da ciência social recente (evidentemente, não de sua própria), acrescentando que: “Nas áreas da educação, bem-estar e planejamento social há pouco conhecimento a que se possa recorrer para efeito de traçar diretrizes. *Os cientistas sociais começaram relutantemente a admitir que os problemas são mais complexos do que pensavam*”⁶. Contudo, a aceitação relutante do fracasso desanimador está bem longe de chegar à identificação das raízes ideológicas de tal fracasso. Pelo contrário: já que os pressupostos origi-

nais da postura ideologicamente isenta permanecem não questionados, o alicerce fundamental continua como antes. Apenas a fachada recebe um verniz superficial para enfatizar a adequação da edificação às circunstâncias turbulentas atuais. Uma condição elementar para a melhora do “recorde desanimador” seria um reexame radical das concepções ideológicas da ciência social “axiologicamente neutra”, mas isso, sem dúvida, escapa sistematicamente da atenção daqueles que têm um interesse amplo e manifesto na manutenção do sufocamento ideológico da ciência social, até há pouco tempo totalmente incontestado.

2. Max Weber e a “ciência social axiologicamente neutra”

É desnecessário dizer que as raízes desses problemas têm um alcance mais profundo do que os debates ideológicos do passado recente poderiam sugerir. Devemos recuar bem mais no tempo, se quisermos compreender as principais dificuldades do relacionamento entre ideologia e ciência social.

Vamos, primeiramente, voltar a um clássico do qual se originaram muitas teorias recentes: Max Weber. Examinemos, em primeiro lugar, as afirmações de Weber sobre a natureza e a validade de seus “tipos ideais”. Ele escreve, num famoso texto:

A tarefa elementar do autocontrole científico e a única forma de se evitar asneiras graves e tolas requer uma distinção nítida e precisa entre a *análise comparativa da realidade através de tipos ideais, no sentido lógico, e o julgamento de valor da realidade baseado em ideais*. Em nosso sentido, um tipo ideal [...] não tem *absolutamente nenhuma conexão* com juízos de valor, e não tem nada a ver com nenhum tipo de perfeição, a não ser aquela puramente lógica.⁷

Já que encontraremos dificuldades muito maiores em breve, devemos deixar de lado a polêmica se as palavras de Weber sobre “a tarefa elementar do autocontrole científico” constituem ou não uma intromissão de juízo de valor no seu esquema geral. Também, pelo mesmo motivo, devemos agora simplesmente ignorar a questão da legitimidade ou não de se confinar a ciência social à esfera da “perfeição puramente lógica”. Nosso interesse fundamental, nesse estágio, é se é ou não possível para o próprio Weber manter os padrões que ele mesmo estabeleceu para a avaliação da ciência social em geral. Isso, evidentemente, não é possível, muito embora Weber e seus seguidores se recusem a desistir de suas ilusões sobre esse assunto.

Com o propósito de examinar mais de perto as afirmações de Weber, tomemos sua definição de capitalismo que, supostamente, constitui um tipo ideal bem “neutro”. Ele define o capitalismo como uma “*cultura*”: “na qual o *princípio norteador é o investimento de capital privado*”⁸. A escolha de tais características delimitadoras, contudo, está longe de ser axiologicamente neutra, embora, superficialmente, pareça expressar uma verdade evidente: ou seja, que o capitalismo e o investimento de capital privado estão diretamente ligados. Mas tal, obviamente, constitui uma mera verdade tautológica e, de modo algum,

⁵ Cf. T. Draper, *The roots of American communism* (Nova York, Viking Press, 1957), p. 435.

⁶ D. Bell, “Unstable America”, em *Encounter*, junho de 1970.

⁷ M. Weber, “Objectivity” (1904), em E. A. Shils e H. A. Finch (eds.), *The methodology of the social sciences* (Nova York, Free Press, 1949), p. 99.

⁸ *Ibidem*, p. 91.

muito acurada nesse sentido. Na definição de Weber, o que está para além da pura tautologia é ou ostensivamente ideológico, e com viés valorativo, ou falso – ou até mesmo ambos, ideologicamente tendencioso e falso.

A definição de Weber é formulada a partir de um ponto de vista definido: não aquele da “lógica pura”, mas aquele que convenientemente bloqueia a possibilidade de definições rivais, sem se fundamentar em nada a não ser na pura suposição. A adoção desse tipo ideal como princípio de seleção de todos os dados disponíveis acarreta, necessariamente, que a pesquisa “cientificamente autocontrolada” se limite a dados que se encaixem com facilidade no quadro ideológico das pressuposições contidas na definição de Weber.

Examinemos, rapidamente, como a definição weberiana de capitalismo desempenha suas funções ideológicas sob a aparência de uma formulação “não ideológica” e “descritiva”: O primeiro aspecto que temos de observar é a escolha do termo “cultura” (em lugar de outras alternativas disponíveis, tais como “formação social” – ou “modo de produção” etc.): um termo que predispõe a um determinado tipo de interpretação quanto ao desenvolvimento da formação social capitalista. (A esse respeito, veja sua abordagem em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.)

Em segundo lugar, o capitalismo de Weber é caracterizado pela suposição de um “princípio norteador”, sem nenhuma tentativa de explicação dos fundamentos – se houver algum – dessa estranha entidade metafísica. As conseqüências metodológicas dessa suposição são extremamente graves, pois sua adoção anula a possibilidade de uma pesquisa histórica abrangente sobre as bases reais do desenvolvimento do capitalismo. Em seu lugar, encontramos uma projeção anistórica da forma desenvolvida que retrocede ao passado, já que o “princípio norteador” deve ser evidenciado em todos os estágios. (Esta é a razão pela qual, em última análise, ele deve ser identificado com o “espírito do capitalismo”, um tanto misterioso.) E as explicitações de Weber concernentes ao relacionamento entre o “tipo ideal” e a realidade empírica são, nesse sentido, nada mais que uma “cláusula de salvamento” ideológica para se resguardar de possíveis objeções a seu modelo geral.

Em terceiro lugar, o pressuposto contido na definição de “investimento de capital privado” como o princípio norteador do capitalismo, bloqueia de modo conveniente questão absolutamente crucial do inter-relacionamento estrutural entre o capital e o trabalho. O termo conspicuamente ausente do tipo de discurso weberiano é, sem dúvida, “trabalho”. E já que nenhum “espírito” – nem mesmo o “espírito do capitalismo” – consegue explicar a real constituição do capital (o “mecanismo” de sua constituição, por assim dizer), tais questões devem ser ou descartadas ou relegadas ao plano, intelectualmente secundário, de descrição de um determinado estágio da empiria. Portanto, é ideologicamente muito significativo que o “trabalho” não apareça no modelo geral. Por que se incomodar com os problemas espinhosos da “extração de mais-valia” se você tem, convenientemente, a seu dispor o “investimento de capital privado”, pré-preparado, como o “princípio norteador” do capitalismo?

Em quarto lugar, enquanto o “trabalho” permanece conspicuamente ausente da equação social de Weber, a definição do princípio norteador do capitalismo como o “investimento

de capital privado” proporciona, convenientemente, a justificativa necessária e a legitimação para a persistência do modo de produção capitalista, contra as reivindicações do trabalho expropriado. Que o capital privado é investido somente quando se prevê lucro – isto é, que o “princípio norteador” subjacente é lucro e não o investimento como tal – é fato vital, silenciosa e significativamente ocultado dos pressupostos contidos na definição de Weber.

Em quinto lugar, não é verdade de modo algum que o capitalismo se caracteriza pelo “investimento de capital privado”. Como se sabe, o capitalismo é igualmente caracterizado por não se investir o capital excedente e, conseqüentemente, por crises periódicas e convulsões sociais. Ao tomar, *a priori*, o “investimento de capital privado” como o “princípio norteador” do capitalismo, Weber bloqueia, com êxito, uma área fundamental de pesquisa: especificamente um questionamento crítico do caráter extremamente problemático do tipo capitalista de investimento, na medida em que está necessariamente associado a crises e convulsões.

Em sexto lugar, é bastante impreciso descrever o capitalismo em geral como sendo caracterizado pelo “investimento de capital privado”. Tal caracterização é válida – com as restrições feitas acima – somente para uma determinada fase histórica do desenvolvimento capitalista e, de forma alguma, como um “tipo ideal”, no seu sentido weberiano. Ao enfatizar o investimento de capital privado, Weber patrocina, de maneira acrítica, o ponto de vista subjetivo do capitalista individual, ao mesmo tempo que deixa de lado uma das tendências objetivas mais importantes de desenvolvimento do modo de produção capitalista: a saber, o envolvimento sempre crescente do capital estatal na reprodução ampliada do sistema capitalista. Em princípio, o limite extremo desse desenvolvimento é nada menos que a transformação da forma prevalecente do capitalismo em um sistema abrangente de capitalismo estatal, que teoricamente acarreta a abolição completa da fase específica do capitalismo idealizado por Weber. Mas, exatamente em decorrência de tais implicações, essa tendência crucial de desenvolvimento deve ser excluída do quadro ideológico do “tipo ideal” de Weber.

E em último lugar, mas nem por isso menos importante: a definição tomada como um todo constitui um modelo completamente estático. Infelizmente, aqui não há espaço para entrarmos nos pormenores desse problema. Indicaremos, simplesmente, que a eliminação do inter-relacionamento estrutural fundamental entre o capital e o trabalho e sua substituição pela entidade metafísica congelada, o “princípio norteador”, exclui todo dinamismo do cenário. Assim, não apenas não haverá espaço para uma avaliação dinâmica da verdadeira gênese e do desenvolvimento da formação social capitalista, como já vimos, mas também – e esse é o ponto no qual se torna óbvia a função ideológica do modelo estático – não haverá espaço para uma possível dissolução e superação do capitalismo por um novo tipo de formação social. Não há vestígios de contradições dinâmicas no modelo: portanto, ele pode apenas abarcar as características estáveis da continuidade – desprezando completamente a dialética da descontinuidade – de um *status quo* predominante. A continuidade é simplesmente admitida sob a forma de um “princípio” já dominante e, uma vez que ela existe, não pode ser alterada, de acordo com o modelo estático weberiano. (Em breve, veremos a mesma abordagem estática para a questão estrategicamente importante do sistema administrativo da sociedade capitalista.)

A grosso modo, portanto, são esses os traços ideológicos que podemos detectar em uma única linha dos volumosos trabalhos de Weber, uma vez que não aceitamos simples-

* Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (São Paulo, Companhia das Letras, 2004). (N.E.)

mente suas pretensões convenientes. Como vimos, não obstante sua consciência teórica da "tarefa elementar do autocontrole científico", Weber acabou por definir o capitalismo como "uma cultura na qual o princípio norteador é o investimento de capital privado". A essa definição podemos opor a seguinte: "O capitalismo é um modo de produção caracterizado pela extração de mais-valia para efeito de produção e reprodução do capital em escala sempre crescente". Fica para o leitor decidir qual das duas definições é mais "ideológica". Entretanto, deve ficar claro que elas não são complementares, mas diametralmente opostas uma a outra: o que absolutamente não seria o caso, se a afirmação de Weber fosse válida quanto ao caráter "puramente lógico" e "axiologicamente neutro" de seus "tipos ideais".

3. O caráter ideológico dos "tipos ideais"

Citemos uma outra passagem que talvez exemplifique de modo mais contundente o caráter ideológico dos "tipos ideais" de Weber. A passagem em questão provém de suas considerações sobre a "burocracia" em *Economia e sociedade*: "O governado, por seu lado, não pode dispensar ou substituir o aparelho burocrático de autoridade uma vez que ele exista. É que essa burocracia se respalda em treinamento técnico, em uma especialização funcional do trabalho e em uma atitude estabelecida para o domínio habitual e "virtuoso" de uma única função, mas, ao mesmo tempo, metodologicamente integradas. Se o funcionário pára de trabalhar ou se o seu trabalho é forçosamente interrompido, resulta o caos e é difícil improvisar substitutos dentre os governados que sejam capazes de controlar esse caos. Isso é válido para a administração pública bem como para o gerenciamento econômico privado. O destino material das massas depende cada vez mais do funcionamento estável e correto das organizações crescentemente burocráticas do capitalismo privado. Torna-se mais e mais utópica a idéia de se eliminarem essas organizações⁹. É surpreendente ver Max Weber – que consegue ser tão rigoroso, sutil e preciso em contextos menos suscetíveis em termos ideológicos – produzir uma seqüência de afirmações tão plenas de incoerências, exageros míticos e declarações arbitrarias. Um exame mais acurado dessa passagem revelará que a "evidência" de Weber – e só posso usar o termo evidência entre aspas – está imprensada entre duas afirmações categóricas e inteiramente arbitrarias, a saber:

(1) que "o governado não pode dispensar ou substituir o aparelho burocrático, uma vez que ele exista";

(2) e que "torna-se mais e mais utópica a idéia de se eliminarem essas organizações".

Agora, se tentarmos descobrir o que fundamenta a conclusão peremptória de Weber, encontraremos um único ponto que talvez tenha certas qualidades: a declaração segundo a qual as organizações do capitalismo privado estão se tornando "crescentemente burocráticas". Porém, mesmo essa afirmação está envolta num postulado profético, que estipula o "funcionamento estável e correto" de tais organizações como um imperativo categórico (estritamente no interesse das "massas", é óbvio). O resto é mitologia conjugada com incoerência.

Tomemos, por exemplo, a afirmação categórica de que o governado não pode substituir o aparelho burocrático de autoridade uma vez que ele exista. Nada endossa tal afirmação, a não ser o postulado mitológico do caos inevitável, no caso de ser "forçosamente interrompido o trabalho do funcionário", seguido da afirmação segundo a qual "é difícil improvisar substitutos dentre os governados que sejam capazes de controlar esse caos". Mas, obviamente, o que poderia ser "difícil" não é absolutamente "impossível", o que é sugerido por "não pode". Assim, a afirmação categórica de Weber não sobrevive nem à sua própria tentativa de justificativa. Além do mais, se é difícil dispensar ou substituir o aparelho burocrático de autoridade pela "improvisação", talvez fosse um pouco mais fácil consegui-lo através do esforço continuado de planejamento e preparação de um sistema alternativo de controle do quadro contraditório do sistema social estabelecido. (Podemos nos referir aqui à idéia do "poder dual" – e embora embrionários – aos fatos societários a ele correspondentes.) Mas, evidentemente, se não há lugar para contradições objetivas no interior do modelo geral, também não poderá haver lugar para a manifestação de tais contradições.

Novamente podemos observar o caráter inteiramente estático dos tipos ideais de Weber. A idéia que respalda a permanência necessária do aparelho burocrático de autoridade é concebida a partir da suposição de que a separação *prevalecente* (ou alienação) entre "o especialista" e "as massas" está destinada a continuar como uma característica *permanente* da vida social. Conseqüentemente, mesmo as tendências no interior do quadro capitalista de desenvolvimento que apontam para direções opostas – tendências já observadas por Marx mais ou menos sessenta anos antes das reflexões de Weber (isto é, ninguém pode nos acusar de censurarmos Weber por ignorar algo visível somente a partir da posição de observação de nossa própria época) – devem ser deixadas totalmente fora do alcance do modelo weberiano.

O único ponto no qual poderíamos ter a impressão de estar diante de um elemento genuinamente histórico é onde Weber se refere à "organização crescentemente burocrática do capitalismo privado". Contudo, uma observação mais acurada revela que a função dessa referência é inteiramente *anti-histórica* e ideológica, por servir meramente para a *legitimação acrítica* do aparelho burocrático de autoridade. Porque mesmo se admitimos, para efeito de argumentação, que a crescente burocratização seria a conseqüência necessária da crescente complexidade e especialização, não é de modo algum auto-evidente que a burocracia será capaz de encarar indefinidamente o desafio de tal complexidade. Contudo, para Weber, a complexidade avança apenas até o limite exigido para proporcionar a legitimação necessária à permanência absoluta da estrutura burocrática: nesse ponto, o desafio histórico da crescente complexidade é convenientemente expulso do campo, através da suposição arbitrária segundo a qual a burocracia é *a priori* capaz de encarar esse desafio. Lê-se numa passagem que antecede à supracitada:

Quanto mais complicada e especializada se torna a cultura moderna, mais o seu aparelho externo de apoio requer o *especialista* impessoal e *estritamente objetivo* [...]. A burocracia oferece as *atitudes* exigidas pelo aparato externo da cultura moderna na combinação mais favorável.¹⁰

⁹ Max Weber, *Economia e sociedade* (Brasília, UnB, 1994). (N. E.)

¹⁰ *Ibidem*, *From Max Weber: essays in sociology* (Londres, Houtledge & Kegan Paul, 1948), p. 229.

¹⁰ *Ibidem*, p. 216.

Como podemos observar, a *demanda objetiva* inerente à pretensa complexidade funcional se transforma, do modo mais mistificador, em demanda de uma *atitude subjetiva* que é supostamente suprida pela burocracia. (Caracterizando-se essa última – por definição – por suprir plenamente a demanda a ela feita.) A questão sobre o êxito ou não do atendimento à demanda objetiva – isto é, se a burocracia é, na realidade, capaz de suprir o que lhe é *objetivamente* demandado, e não simplesmente em termos de uma *definição tautológica* – é sistematicamente escamoteada por meio da subjetivação confusa da questão da demanda. Em outras palavras, o problema se “resolve” através de uma *ambigüidade* mistificadora.

Além disso, em nossa citação original – tomada de uma parte significativamente dedicada à discussão do “caráter *permanente* da máquina burocrática” –, Weber é forçado a ir ainda mais longe na “mitologização”: ele postula que o burocrata seja um “*mestre virtuoso do caos*”. Transforma o prosaico burocrata em um semideus, a fim de excluir *a priori* a possibilidade de um sistema alternativo de controle social. Ao mesmo tempo, a questão fundamental, relativa à demanda objetiva inerente a uma dada complexidade, permanece escamoteada como antes, pois – como testemunham os virtuosos contemporâneos – a “complexidade” da música moderna assume tamanha proporção que mesmo os virtuosos mais talentosos se encontram perdidos.

E, de forma concisa, a última observação a ser feita é que a suposta “especialização funcional” é, na realidade, basicamente uma “especialização” estrutural: isto é, a separação estrutural entre a função de controle e os que são por ela controlados. Conseqüentemente, se tratarmos essa questão meramente como a de uma “especialização funcional”, cairemos na cilada de premissas que antevêm, *a priori*, o pretenso caráter insubstituível do sistema, no interior do qual a dada “especialização funcional” necessariamente ocorre. Se simplesmente contestarmos um conjunto específico de especializações funcionais, sem ao mesmo tempo questionarmos o sistema subjacente que dá origem a tais “especializações”, estaremos condenados à futilidade. Como Weber exemplifica em outra passagem: “Hoje é fundamentalmente a economia de mercado capitalista que requer que a ocupação oficial da administração seja deslanchada de forma precisa, não ambígua, continuada e com o máximo de velocidade possível. Normalmente, as próprias empresas capitalistas modernas de grande porte são modelos ímpares de organização burocrática estrita”¹¹. De fato. Tudo isso, contudo, não endossa em nada as próprias conclusões de Weber, que postulam nada menos que a permanência do exercício burocrático da autoridade. O que ele garante, entretanto, é simplesmente a conclusão de que a crítica da “especialização funcional” é inseparável de um questionamento radical do sistema da “economia de mercado capitalista” como um todo. Todavia, uma vez que Weber não logrou considerar a última idéia, ele teve de descartar todos os esforços dirigidos à substituição do exercício burocrático da autoridade, não só como simplesmente “utópicos” – traíndo uma disposição demasiadamente óbvia de defensor da posição “neutra” do *status quo* – mas por serem “cada vez mais utópicos”.

4. Teoria e metateoria

Não pretendo, evidentemente, negar o mérito de Weber. A intenção das páginas anteriores não foi a de fazer um “balanço” do seu trabalho como um todo, mas um exame crítico sucinto das pretensões de validade de um dos princípios metodológicos de Weber mais influentes e fundamentais no contexto de nosso tema.

Como observamos, Weber se dispõe a construir um *instrumento neutro de análise* e acaba por produzir uma *arma ideológica* que – longe de ser “neutra” – torna-o capaz de descartar-se do adversário ideológico sem mesmo lhe dar ouvidos, e em num terreno da própria escolha de Weber. No entanto, a questão persiste: isso seria o resultado de falha pessoal ou seria inerente ao próprio método? Em outras palavras: o programa é válido em si mesmo, independentemente da sua realização ideologicamente tendenciosa pelo próprio Weber?

A resposta me parece ser negativa, pela simples razão de que os instrumentos e métodos de análise social nunca podem ser radicalmente neutros em relação ao seu objeto.

Em princípio, o nível da “metateoria” não pode ser separado da teoria em si: é apenas enquanto *momento* da análise que ele pode ser separado; devendo, então, ser integrado novamente à *síntese global*. Isso quer dizer: a metateoria é uma *dimensão integrante* de toda a teoria e não um setor privilegiado, regido por princípios radicalmente diferentes. Não pode haver nenhuma teoria coerente sem sua dimensão metateórica própria e específica e, inversamente, não pode haver nenhuma metateoria – nem mesmo aquela dos pretensos “tipos ideais” – que não esteja profundamente arraigada em um conjunto de proposições teóricas inseparavelmente ligadas a determinados *valores* sociais.

Os modelos e princípios da metateoria se constituem com o apoio de um determinado conjunto de dados já estruturados – isto é, especificamente avaliados – que, por sua vez, atuam como princípios gerais de toda seleção posterior e da articulação dos dados disponíveis. A recusa em considerar as implicações ideológicas da elaboração de modelos “societários” resulta na transformação não intencional de um instrumento de análise em uma ideologia auto-sustentada. (Não é de modo algum fortuito que o século que produziu algumas das formas de ideologia mais autocomplacentes, a pretexto da supressão final de toda ideologia, viria a se vangloriar de ser “a era da análise”.)

Isso significaria, então, que estamos defendendo uma posição *relativista* nessa questão?

Exatamente o contrário. Pois é, precisamente, a separação radical entre “metateoria” e teoria, entre “tipo ideal” e categorias da realidade empírica que, necessariamente, levam ao relativismo, visto que nenhum dos dois “domínios” teóricos, qualitativamente apostos, pode proporcionar critérios de avaliação da adequação do outro. Contudo, se concebermos seu relacionamento em termos de uma *reciprocidade dialética*, e ambos os níveis como inerentemente ligados às várias manifestações da própria prática social, a questão da “objetividade” não precisará nem ser colocada entre aspas, em constrangedor estilo weberiano, nem muito menos confinada ao campo do tipo ideal “puramente lógico”. Em outras palavras, não haverá necessidade de se tentar o impossível: ou seja, a solução de problemas basicamente ontológicos no interior dos limites de critérios puramente epistemológicos.

Assim, estamos vislumbrando um sistema de constantes reajustes – um sistema de “*feedback*” recíproco – entre o nível metateórico dos “tipos ideais” e as proposições espe-

¹¹ Ibidem, p. 215.

cíficas de avaliação societária a ele relacionadas. O modelo abrangente ou “tipo ideal” é modificado, sempre que o confronto entre os vários conjuntos de avaliação societária e os fenômenos complexos da realidade social indicar a necessidade de um reajuste global, pois as proposições teóricas específicas apenas conseguem ir até onde o quadro geral da teoria lhes permite. Daí a razão pela qual o quadro geral não pode se estabelecer como um privilegiado juízo final, mas ele próprio necessita de uma constante reavaliação crítica com base nos seus resultados, comparados à imensamente complexa e dinâmica manifestação da totalidade social.

Isso significa que os conceitos e princípios que constituem o quadro geral da teoria social estão sujeitos aos mesmos critérios de objetividade e relevância que todos os outros elementos. Em outras palavras, dado o inter-relacionamento dialético dos vários níveis de pesquisa, a questão sobre o *status* ontológico do nível metateórico não pode ser desprezada sem que haja sérias conseqüências para o empreendimento como um todo. Pois, admitido que os conceitos e princípios descritos como “tipos ideais” expressam um nível mais alto de generalidade do que os que refiram, por exemplo, ao padrão de tomada de decisão em uma determinada comunidade cigana, isso não acarreta, em absoluto, que aqueles devam ser consignados a uma esfera radicalmente distinta, à qual se aplicam apenas considerações de “pura perfeição lógica”. Se esse fosse o caso, não poderia absolutamente haver garantia da aplicabilidade e relevância do “tipo ideal” à multiplicidade de “dados empíricos”. (E, de fato, a relação precisa entre as duas esferas permanece acentuadamente como um mistério no quadro weberiano de análise.)

Temos, portanto, de reivindicar a mesma objetividade para os conceitos como “classes e relações de classes” – descritos por muitos como “tipos ideais” –, bem como para os conceitos que denotam um fato ou relações sociais específicas. Há, contudo, uma diferença significativa, pois aqueles conceitos abrangem as características *estruturais* fundamentais do objeto de pesquisa – seja ele “capitalismo” ou “burocracia” – e, assim, circunscrevem o quadro geral de investigação, ao passo que esses se articulam (com base nos conceitos estruturais abrangentes freqüentemente implícitos), sob a forma de referências mais ou menos diretas aos fenômenos sociais específicos imediatamente dados. Não importa: a questão é que os aspectos estruturais gerais dos fenômenos sociais não são de modo algum menos objetivos do que as manifestações fenomênicas diretas do intercâmbio social, mas, se o forem, o serão apenas em maior grau. Os aspectos estruturais abrangem áreas e modalidades de intercâmbio e transição dinâmicos numa escala bem maior do que as conseqüências imediatas dos dados fenomênicos e, conseqüentemente, podem apreender as tendências mais fundamentais e de longo alcance do desenvolvimento já em curso.

É por isso que, no final, não se pode separar a questão da objetividade do caráter dinâmico ou estático dos modelos societários e “tipos ideais”. Os fenômenos sociais são inerentemente dinâmicos por serem partes integrantes de uma estrutura social global que necessita de uma forma ampliada de reprodução para sua existência continuada. (Podemos pensar na dialética de expansão das necessidades humanas e nas condições de satisfação da gama de necessidades em contínua expansão.) Assim, a construção de modelos estáticos e “tipos ideais” – em lugar de quadros inerentemente dinâmicos de explicação social – somente podem resultar em imagens ideológicas mais ou menos sofisticadas de in-
 renção objetivamente conservadora.

5. O individualismo metodológico de Homans

Voltemos agora, por um momento, nossas atenções para um tipo de abordagem bastante diferente, que é bem exemplificado pelo pequeno livro do professor George Homans sobre *The nature of social science* [A natureza da ciência social]. O autor é um determinista estrito de talhe behaviorista e concebe as dificuldades enfrentadas pela ciência social principalmente em termos da enorme complexidade de se obter a média geral das resultantes de diversas ações individuais. É assim que ele descreve os problemas em suas conclusões:

Em muitas situações, e não somente em economia, podemos avançar muito na explicação do comportamento dos homens, *considerando, até segunda ordem, como simplesmente dadas as estruturas institucionais no interior das quais eles atuam, mesmo se seu comportamento no interior das estruturas seja eventualmente mudá-las.* Ao explicarmos as instituições e as relações entre elas, nossa tarefa torna-se sempre mais fácil pela presença de poderosos processos convergentes. E no mais difícil problema de síntese, a explicação das resultantes *possivelmente divergentes* de interações complexas entre indivíduos e grupos ao longo do tempo, o *computador de alta velocidade* acabou de chegar para nos ajudar. Ele não fará tudo por nós; ele não fará as perguntas certas – isso continuará sendo nosso trabalho – mas as *respostas, na medida em que dependerem da mecânica de cálculo,* o computador irá obtê-las para nós com uma velocidade que nenhum homem pode alcançar.¹²

Logo, tudo se resume à proposição singularmente esclarecedora de que o computador de alta velocidade consegue computar em alta velocidade.

Mas o que se espera exatamente que o computador proporcione, infelizmente permanece um mistério do princípio ao fim. O problema central das ciências sociais é definido como a demonstração de “como o comportamento dos indivíduos cria as características grupais” – uma proposição de fato muito duvidosa. Depois ele é mais especificado como a tarefa de produzir “*proposições psicológicas*”, com base na “*pesquisa de pequenos grupos*” diretamente observáveis. Os termos-chave são “concordância” e “convergência”: no grupo *limitado* podemos *realmente observar* e explicar como ocorre o *consenso*, como o *poder* é exercido e como surgem os *sistemas de status*. Certamente, estes estão entre os mais convergentes dos fenômenos sociais, cuja compreensão profunda deve ser o nosso ponto de partida, se quisermos entender a natureza das sociedades mais amplas¹³. Postula-se de modo significativo que as estruturas de grande escala exibirão essencialmente as mesmas características que grupos limitados geradores de consenso, e tudo em perfeita consonância, é óbvio, com a “natureza humana”, identificada pela psicologia behaviorista: “[...] as proposições gerais de todas as ciências sociais são proposições da psicologia comportamental”¹⁴. Nesse ínterim – e essa é uma característica ideológica igualmente significativa – espera-se que consideremos as estruturas institucionais, no interior das quais os indivíduos atuam, “*como simplesmente dadas, até segunda ordem*”: embora, naturalmente, “até segunda ordem” torne-se “para sempre”, na medida em que é sistematicamente evitada a questão de quando

¹² G. C. Homans, *The nature of social science* (Nova York, Harcourt, Brace & World, 1967), p. 107-8.

¹³ *Ibidem*, p. 108.

¹⁴ *Idem*.

e como examinaremos as estruturas institucionais como *não* “simplesmente dadas”. A referência à economia – “a mais desenvolvida das ciências sociais”¹⁵, segundo é alegado, porque teve “a sorte de ter sido capaz de considerar as instituições como dadas”¹⁶ – nada mais prova do que os preconceitos ideológicos do autor. Pois, na medida em que a economia considera as instituições da economia capitalista como dadas, ela não é modelo de ciência social, mas meramente uma apologética ostensiva. E chega a hora da verdade, quando as receitas da pseudociência manipuladora fracassam miseravelmente: isso ocorre em ocasiões em que a estrutura institucional global da sociedade capitalista não pode mais ser considerada como “simplesmente dada”, mas exige transformações maiores. Em tais ocasiões, observando o desempenho da sabedoria econômica, estabelecida diante dos problemas de inflação crescente, *conjugados com* o desemprego crescente (enquanto em seus livros “científicos” os dois fatores, como é suposto, deveriam estar necessariamente em proporção inversa), e também diante de outras manifestações igualmente confusas de “distúrbios econômicos”, obtém-se a medida do valor “científico” do modelo de ciência social do professor Homans.

Mas há uma outra passagem do mesmo livro que vale a pena citar mais extensamente. É a seguinte:

Nas ciências sociais nossas únicas proposições são proposições sobre o comportamento individual. Muitas de nossas proposições agregadas somente são verdadeiras em termos estatísticos e válidas apenas em circunstâncias históricas específicas [...]. Se essas condições são problemáticas para nós, cientistas sociais, há que lembrar que elas constituem uma grande vantagem para a humanidade, por proporcionarem aos homens a ilusão de escolha. Falo de ilusão porque eu próprio acredito que o que cada um de nós faz é absolutamente determinado [...]. A ilusão de livre-arbítrio será preservada por considerações de custo, mas é uma ilusão vital. Se houvesse – embora não haja – algumas leis macroscópicas sobre a sociedade, então, em vez de leis individuais, válidas para quaisquer circunstâncias a humanidade perderia a convicção, a qual, graças a Deus, parte dela preserva, de que pode, através do pensamento, mudar sua condição na forma que considerar melhor – mesmo se, por seus próprios padrões, nem todas as mudanças se revelem as melhores. O caso mais divertido é o dos marxistas que, teoricamente, acreditam em leis macroscópicas convergindo inevitavelmente para certo resultado, mas não permitem que as leis produzam por si o resultado e insistem em ajudá-las no decorrer do processo.¹⁷

Não importa a apresentação bastante caricatural dada à posição marxiana. O aspecto relevante é a declaração de que a idéia de uma escolha humana genuína é uma mera *ilusão* – ilusão essa a ser mantida por “considerações de custo”. Assim, todo empreendimento revela seu caráter pseudocientífico ao desejar integrar a ideologia da “ilusão do custo-efetivo”, anunciada ostensivamente, às proclamações de cientificidade rigorosa. Essa abordagem – que rejeitou a idéia de leis sociais abrangentes, em favor da posição do chamado “individualismo metodológico” – termina por defender o duplo padrão de auto-engano ideológico para a “humanidade” e “o gênero humano” e a sobriedade do determinismo ab-

¹⁵ *Ibidem*, p. 29.

¹⁶ *Ibidem*, p. 49-50.

¹⁷ *Ibidem*, p. 103-4.

soluta para “cientista social”. E observe os *non-sequiturs* proposicionais com os quais essa idéia é cuidadosamente dissimulada:

Se houvesse – embora não haja – algumas leis macroscópicas sobre a sociedade, ao então, em vez de leis individuais, válidas para quaisquer circunstâncias, a humanidade perderia a convicção, a qual, graças a Deus, parte dela preserva, de que pode, através do pensamento, mudar sua condição na forma que considerar melhor – mesmo se, por seus próprios padrões, nem todas as mudanças se revelem as melhores.

Ora, por que deveria a “humanidade” (subitamente estamos lidando com a “humanidade” e não com indivíduos, embora devamos ser “individualistas metodológicos” rigorosos), por que deveria essa “humanidade” manter sua “convicção” ilusória de alterar livremente sua “condição”, se há leis que se manifestam *indiretamente*, através de mediações sociais complexas, ao invés de *diretamente*, na forma de um determinismo absoluto que domina cada um dos indivíduos? E por que a existência em si de leis sociais deveria, inevitavelmente, levar à perda dessas ilusões? Afinal de contas, as ilusões podem ser mantidas independentemente da existência dessas leis.

Além do mais, se a “convicção” mencionada acima nada mais significa do que mera ilusão, por que sua perda seria tão fatal? Por outro lado, se essa “convicção-ilusão” for um efetivo instrumento de mudança, não poderá ser apenas uma ilusão.

Além do mais, se as pretensas “determinações absolutas” estiverem de fato operando, seria necessário muito mais do que o mero exercício do “pensamento” para se alcançar a postulada mudança da “condição” humana. E, na última linha, a idéia de “mudanças para melhor” é novamente retomada de modo tíbio, conjugada com duas orações lacrimejantes: ou seja, que “nem *todas* as mudanças se revelem as melhores” e não “por *seus próprios* padrões”.

Presume-se que tudo isso reunido deva significar que, graças a Deus, vivemos no melhor mundo possível, embora, evidentemente, o melhor “não por nossos próprios padrões”.

Preciso discorrer mais sobre o caráter ideológico dessa abordagem “científica”?

Teoricamente, seu defeito mais grave é a omissão total de todas aquelas *mediações complexas* que ligam o indivíduo a sua sociedade em seu conjunto. É desnecessário dizer que o sistema dinâmico de tais mediações não pode ser reduzido a “algumas leis macroscópicas”, que operam com um atemporal “determinismo absoluto em quaisquer circunstâncias”. Ele não pode ser apreendido por meio de modelos mecânicos, nem através de médias, mas somente por meio da compreensão do inter-relacionamento dialético entre fatores subjetivos e objetivos, parciais e totalizantes, atitudes finalistas e instrumentais, individuais e institucionais.

O aspecto paradoxal do nosso ambiente social é que somos simultaneamente seus “autores” e, sem nenhuma cerimônia – como resultado da alienação e da reificação –, seus sujeitos dominados. Desse modo, a questão da escolha humana é inseparável de um exame crítico das condições sob as quais os homens se transformam em meros instrumentos para a realização de objetivos sociais reificados. Conseqüentemente, enquanto a suposição de que as instituições sociais prevalentes possam ser “*consideradas como simplesmente dadas*” persistir como a premissa fundamental da “ciência social”, o problema da escolha humana em si – e não apenas sua formulação ideologicamente tendenciosa – aparecerá apenas como uma “*ilusão permanente*”.

6. A visão de Coser sobre as funções do conflito social

É totalmente impossível uma discussão adequada dos problemas por nós enfrentados sem uma identificação precisa dos determinantes ideológicos de várias teorias sociais. Do contrário, a análise fica inevitavelmente confinada ao nível da generalidade vaga e evasiva; tanto é, de fato, que a proclamada “superação” da tendência crítica tem se tornado marginal a ponto de ser quase completamente insignificante. Um exemplo instrutivo a esse respeito é o livro de Lewis Coser sobre *The functions of social conflict* [As funções do conflito social].

No mesmo tempo que Coser, sem dúvida, *pretende* que o seu livro seja uma crítica e uma alternativa ao “conservadorismo” da análise social do tipo parsoniano, sua própria solução dos problemas se revela plenamente compatível com a abordagem criticada. É isso não é de forma alguma accidental, pois desde o início – dado seu fracasso total em identificar os determinantes sociais da ideologia parsoniana – ele dilui os termos de sua crítica a tal ponto que suas conclusões não podem ser outras senão *complementares* ao “conservadorismo” de Parsons. Para iniciar, ele cita, com aprovação reverente, as seguintes palavras de Charles H. Cooley: “*Algum tipo de conflito é a vida da sociedade, e o progresso emerge de uma luta na qual o indivíduo, a classe ou a instituição procura realizar sua própria concepção do bem*”¹⁸. Ora, se alguém desejar uma breve ilustração da “análise do conflito” em termos completamente destituídos de conteúdo científico, eis o exemplo. Contudo, Coser fecha os olhos para as óbvias características não científicas da citação de Cooley, porque isso torna possível a idealização do que ele chama de “a geração anterior”, em contraposição à “geração atual” (duas categorias transbordantemente científicas, aliás).

De modo semelhante, Coser censura Parsons por ignorar o ensinamento de Weber de que a “paz” nada mais é do que uma mudança ou na forma do conflito ou nos antagonistas ou nos objetos do conflito ou, finalmente, nas possibilidades de seleção”¹⁹. Ele enfatiza, um pouco adiante, que o índice dos *Ensaios de teoria sociológica* de Parsons “contém dezesseis verbetes para ‘pressão’ e vinte verbetes para ‘tensão’; no entanto, há apenas nove verbetes para ‘conflito social’, embora haja verbetes adicionais para conflito de valores e conflito emocional”²⁰. (Já que Coser torna esse ponto tão crucial, devemos completar seu quadro estranhamente seletivo acrescentando os verbetes que ele omitiu: a saber, “conflito de classes”, “conflito ideológico”, “conflito de interesses” e “conflito legal”. Evidentemente, toda essa questão sobre os verbetes importa muito pouco, de qualquer forma. O que interessa, todavia, é que, uma vez que a investigação dos determinantes sociais fundamentais da ideologia criticada é evitada sistematicamente, o autor se restringe a problemas inteiramente secundários ou marginais, que ele, então, tenta desesperadamente agigantar até torná-los substanciais, com ajuda de distorções evidentes.)

Tendo assim alcançado o nível de certeza matemática, Coser agora se vê apto a concluir que: “Enquanto, em geral, os homens da geração anterior se preocupavam com a *mudança progressiva na ordem social*, Parsons se interessa fundamentalmente pela *conservação das estru-*

turas existentes”²¹. Evidentemente, isso nada mais é que fetichizar *as palavras*, pois, mesmo se encontrássemos 99 verbetes para “conflito social” no índice dos *Ensaios* de Parsons, em vez de 9, os aspectos substantivos não mudariam em nada. É toda a cadeia de *conceitos estreitamente* interligados que indica a orientação geral de uma abordagem sociológica específica, e não a mera escolha de palavras (ou termos) pretensamente “progressistas”. E uma única abordagem do “conflito de classe” pode ser tão caracteristicamente marcada pelo viés de classe quanto um sem-número de abordagens. (Além disso, os verbetes do índice têm o objetivo de indicar os problemas discutidos, e não as soluções dadas a eles – além disso, ocorre que, frequentemente, o índice é compilado por outra pessoa e não o próprio autor.)

Não é verdade, absolutamente, que “os homens da geração anterior” se interessavam pela “mudança progressiva na ordem social”, pois mesmo se, para efeito de argumentação, ignorarmos que as generalidades dessa natureza são quase sem sentido, os próprios exemplos de Coser sobre “os homens da geração anterior” – Cooley e Weber – estão longe de fundamentarem a grande alegação de que eles se interessavam pela “mudança progressiva na ordem social”. Mudança sim, mas não na *ordem social*. Pelo contrário, se interessavam pela “mudança adaptativa”, que não afetaria as características estruturais fundamentais da ordem social estabelecida. Quanto à definição de “paz” dada por Weber – colocada entre aspas pelo próprio Weber – como “nada mais que uma mudança na forma do conflito” (que constitui uma paródia da definição paradoxal de guerra de Clausewitz, como sendo “uma mera continuação da política através de outros meios”), ela não poderia estar mais afastada do interesse genuíno pela “mudança progressiva na ordem social”. Já Hobbes sabia que a ordem social capitalista se caracteriza pela “guerra de todos contra todos”, e a variação análoga de Clausewitz e Weber sobre o mesmo tema meramente confirma a naturalidade dessa ordem social. Como vimos acima, Weber não apenas não defendeu nenhuma “mudança progressiva na ordem social”, mas, pelo contrário, rejeitou desdenhosamente a defesa de tal mudança através do rótulo de “cada vez mais utópico”.

Se Talcott Parsons parece ser mais conservador que “os homens da geração anterior”, certamente não é em decorrência do caráter “progressista” inerente àquela geração. É verdadeiro afirmar, todavia, que mudanças significativas ocorreram nas “estruturas existentes” desde a época de Cooley e Weber; mudanças que obtiveram o devido reconhecimento na obra de Parsons. Em poucas palavras, enquanto o mestre confesso de Parsons, Max Weber, teorizava sobre o todo a partir do ponto de vista do *capitalista individual*, em consonância com o estágio de desenvolvimento das estruturas capitalistas, Parsons anotou ampla e conscientemente o ponto de vista das grandes corporações e – num estágio bem mais avançado da “sociedade industrial moderna” do que Weber pudesse mesmo sonhar – continuou a idealizar as estruturas do capitalismo das corporações. (Sua bíblia foi, desde o início, o livro de A. A. Berle e G. Means, publicado em 1932: *A corporação moderna e a propriedade privada*²². Voltaremos em breve às teorias de Parsons.) Assim, embora sob

¹⁸ L. A. Coser, *The functions of social conflict* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1956), p. 20. (A citação é de C. H. Cooley, *Social organization*, Nova York, Scribner & Sons, 1909, p. 199.)

¹⁹ *Ibidem*, p. 21.

²⁰ *Ibidem*, p. 22.

²¹ *Ibidem*, p. 23.

²² Ávido por achar provas para a solidez de seu “pensamento desiderativo”, que postulou o fim antagonismo entre o capital e o trabalho na era da “sociedade industrial moderna” – “um desiderativo” compartilhado por inúmeros “homens da geração contemporânea” – Parsons v^l r^lial proporcionado por esse livro (reivindicando a “separação entre propriedade e controle” nas

formas diferentes e sob condições substancialmente diversas, tanto Weber como Parsons se preocupavam com a “preservação das estruturas existentes” – e não absolutamente com a “mudança progressiva na ordem social”. É óbvio que – dado o crescente domínio das estruturas monopolistas das grandes corporações na sociedade capitalista como um todo – teria de haver uma mudança característica de ênfase quanto ao *status* do “conflito” no esquema teórico de Parsons frente ao de Weber. Essa mudança, contudo, não deveria se transformar numa idealização retrospectiva dos “homens da geração anterior” como paladinos de uma “mudança progressiva na ordem social”.

A função principal dessa idealização é a legitimação com o respaldo de respeitáveis autoridades do passado – do apelo bastante tímido de Coser ao “conflito institucionalizado”, nos estágios derradeiros da Guerra Fria. Entretanto, uma vez que o apelo anacrônico à autoridade dos “homens da geração anterior” ignora exatamente as mudanças objetivas no organismo social que constituem os alicerces da ideologia parsoniana, tal apelo não consegue ir além de uma idealização bastante quixotesca de uma “sociedade aberta” mítica. E como essa sociedade, por sua vez, é ostensivamente identificada às estruturas existentes do capitalismo norte-americano, o livro de Coser torna-se a contrapartida romanceada do mais realista quadro parsoniano da sociedade, que o nosso autor, ingenuamente, acredita ter criticado. A ênfase agora é na integração responsável do conflito numa “sociedade aberta”. É desnecessário dizer que nada poderia se revelar mais complementar às teorias de Parsons que tal concepção das “funções do conflito social”. E os “homens da geração anterior” em questão se coadunam bem com esse exercício, exatamente porque nunca questionaram os fundamentos da ordem social estabelecida.

Uma peculiaridade adicional da concepção de Coser é que, na medida em que ele percebe as mudanças que ocorreram na sociedade capitalista norte-americana desde a época de Cooley e Weber, ele o faz nos termos das mistificações do tipo Berle-Means-Parsons:

[...] uma razão para a combatividade aparentemente menor, por parte dos administradores americanos nas lutas trabalhistas hoje, comparada à de cinquenta anos atrás, encontra-se, talvez, na diminuição da crença na justiça absoluta da maximização de lucros, tanto na sociedade como um todo como na comunidade de negócios em si.²³

De modo similar, ele aceita o modelo Berle-Means-Parsons de caracterização das grandes corporações (“as grandes empresas de negócios”) nas quais, pretensamente, “o lucro torna-se a única obrigação de uma atuação em favor da coletividade”²⁴. E esses não são, de modo algum, exemplos isolados. Assim, dada a adoção bastante confusa do quadro con-

ceitual geral parsoniano, seria muito surpreendente que as tíbias intenções críticas de Coser trouxessem à tona divergências fundamentais em suas respectivas abordagens.

Todos os conceitos-chave da análise de Coser se mantêm vagamente indefinidos. Ele não esclarece o que definiria a “mudança progressiva na ordem social” e nem mesmo fornece nenhum critério para o seu pretensão oposto, isto é, a “preservação das estruturas existentes”. (O adjetivo “progressivo” é usado para desempenhar a função de conceito-chave no primeiro caso, e preservação no segundo. Ao mesmo tempo, não se fica sabendo nada sobre a natureza real da “ordem social” e das estruturas existentes sobre as quais Coser faz suas alegações.) São apresentadas “gerações” míticas ao invés de categorias sociológicas identificadas com uma descrição coerente das estruturas sociais (capitalistas) prevalentes. As tendências ideológicas, do mesmo modo, são meramente sugeridas em termos de generalidades vagas, em vez de serem caracterizadas com referência às suas claras funções e cenário socioeconômico – exceto, evidentemente, quando a crítica se dirige à teoria marxiana. (Veja, por exemplo, o capítulo sobre “A ideologia e o conflito”, no qual os exemplos específicos fornecidos pelo autor giram totalmente em torno de um eixo antimarxista e toda a análise culmina na afirmação segundo a qual “O movimento marxista moderno dos trabalhadores exemplifica os efeitos radicalizadores da objetivação do conflito. Os alinhamentos ideológicos rígidos são mais passíveis de ocorrer em estruturas rígidas do que nas flexíveis e ajustáveis”²⁵.)

O termo “capitalismo” está visivelmente ausente e, em lugar de uma identificação socioeconômica adequada de formações especiais, são apresentadas afirmações vagas e apoloéticas como a seguinte: “A rigidez da estrutura de classes da Europa gerou a intensidade da luta de classes e a ausência de tal rigidez nos Estados Unidos favoreceu o pragmatismo do movimento operário americano”²⁶. Não é de se admirar, portanto, que toda a análise atinja o seu clímax nas quase-tautologias das linhas conclusivas do livro, as quais vale a pena citar na íntegra:

Nossa discussão sobre a distinção entre os tipos de conflito, e entre os tipos de estruturas sociais, nos leva a concluir que o conflito tende a ser *disfuncional* para uma estrutura social na qual não haja tolerância alguma ou *institucionalização do conflito*. A intensidade de um conflito que ameaça “dilacerar”, que ataca a *base consensual* de um sistema social, relaciona-se à rigidez da estrutura. O que ameaça o *equilíbrio* de tal estrutura não é o *conflito como tal*, mas a própria rigidez, que permite que as hostilidades se acumulem e se canalizem em torno de uma *linha importante de clivagem* quando elas explodem em conflito.²⁷

Assim, o conflito é “*disfuncional*” se não puder ser “*institucionalizado*” (uma verdade demasiado profunda). E o conflito que não puder ser institucionalizado não é “conflito

porações) a refutação final das teorias de Marx. Contudo, nada poderia ser mais divertido do que essa sugestão, pois foi exatamente Marx quem previu, bem antes de qualquer pessoa, a necessidade de tais desenvolvimentos, como inerentes às tendências de *concentração e centralização* do capital: tendências essas que resultam na “inexorabilidade de uma lei natural” (Marx) nas estruturas corporativas do capitalismo avançado. Mas, agora, os resultados das tendências, por ele identificadas bem antes de sua maturação, supostamente enterrarão para sempre suas teorias sobre o capitalismo e – sobretudo – sobre a *necessidade* (não confundir com alguma *inevitabilidade mecânica*) de se estabelecer uma ordem social socialista.

²³ L. A. Coser, *The functions of social conflict*, cit., p. 113.

²⁴ T. Parsons, *The social system* (Glencoe, Ill., Free Press, 1951), p. 246. Citado por Coser na p. 176 de seu livro *The functions of social conflict*, cit.

²⁵ L. A. Coser, *The functions of social conflict*, cit., p. 118-9.

²⁶ *Ibidem*, p. 176. Em termos teóricos isso é, evidentemente, um *non-sequitur*, pois um fator *positivo* – um fenômeno sócio-histórico específico norte-americano – “explica-se” em termos de uma mera *negatividade*: a *falta* ou *ausência* de uma característica “européia” pretensamente estrita. A função ideológica, contudo, é inteiramente “sólida” e bastante óbvia, pois aqueles que poderiam se preocupar estão seguros de que não precisam temer a “luta de classes” numa América que alega possuir “estruturas flexíveis de ajustamento”.

²⁷ L. A. Coser, *The functions of social conflict*, cit., p. 157.

como tal" (se fosse, ele minaria o poder da quase-tautologia de Coser), mas "clivagem": isto é, a degeneração do conflito institucionalizável, devido à "rigidez" das "estruturas reguladoras" não-flexíveis. Em outras palavras, o "conflito", a "institucionalização" e o "consenso", todos se integram como que por necessidade (isto é, por necessidade tautológica – não empírica), e constituem o mundo alegremente funcional e tolerantemente flexível da sociedade aberta norte-americana, ao passo que, por outro lado, a clivagem não institucionalizável e a falta de consenso são características do destino tristemente "disfuncional" das sociedades européias rígidas (e agora, presumivelmente, da asiática, africana, latino-americana e, possivelmente, até da canadense). (Isso sem mencionar o fato de que, em anos recentes, "clivagens importantes" também surgiram no país-paradigma de estruturas reguladoras flexíveis – ou seja, no próprio Estados Unidos da América.)

Graças a esse tipo de abordagem, então, tudo pode ser resolvido *através de definições*; se a primeira definição não for suficiente, alguma definição adicional ou redefinição sempre pode auxiliar (como "não o conflito como tal", mas "uma linha importante de clivagem" – que é nada mais do que um modo caracteristicamente ideológico de se descrever "conflito de classe" e "antagonismo de classe"). O fracasso de Coser na identificação, em termos concretos, dos determinantes socioeconômicos da ideologia parsoniana – um fracasso inseparável de sua adoção dos valores básicos inerentes àquela ideologia com relação à ordem social capitalista – resulta em categorias inteiramente destituídas de poder crítico. Então, sejam quais forem suas intenções originais, Coser se mantém preso ao universo discursivo de Parsons. Ironicamente, ele louva as "funções positivas" do conflito social e as descreve como uma "função estabilizadora e integrativa" nas sociedades abertas e grupos tenuemente estruturados, como um "freio contra o colapso do consenso", como um "reajustamento das normas e relações de poder no interior dos grupos", como um "auxílio à revitalização das normas existentes", como um mecanismo para a manutenção ou o reajustamento contínuo do equilíbrio", e para a "retificação das condições de desequilíbrio", como as alianças preventivas numa "linha importante de clivagem"²⁸ etc. etc. E tudo isso em nome de uma "crítica prerensamente radical" do conservadorismo de Parsons.

7. O enraizamento prático das teorias sociais

Isso nos leva a uma questão vital em termos metodológicos: a relação entre uma identificação adequada das determinações ideológicas de uma concepção particular e uma solução teórica adequada de um complexo de problemas em cuja formulação e articulação uma ideologia específica esteja envolvida direta ou indiretamente. Essa relação é basicamente de reciprocidade: quer dizer, por um lado, as determinantes ideológicas predominantes estabelecem limites definidos para as soluções teóricas requeridas, que simplesmente não podem ser obtidas sem ao mesmo tempo se recuar, pelo menos até certo ponto, as fronteiras ideológicas originais; e por outro lado, as conquistas teóricas genuínas contribuem significativamente para uma superação ulterior dos limites ideológicos negativos de todo o complexo. (Deve-se enfatizar, todavia, que não estamos falando de um desenvolvimento

²⁸ *Ibidem*, p. 151-5.

direto e linear, já que um grande número de fatores adicionais deve também ser levado em consideração. Voltaremos a esse problema um pouco mais adiante.)

Ilustremos esse aspecto com um trecho de *O capital*, de Marx. No capítulo sobre "A mercadoria", Marx elogia Aristóteles como "o primeiro a analisar diversas formas, tanto do pensamento, como da sociedade, ou da natureza, e, dentre elas, também a forma do valor". É assim que ele enfatiza as grandes conquistas e as limitações sócio-históricas de Aristóteles:

Em primeiro lugar, ele expõe claramente que a forma dinheiro das mercadorias é apenas o desenvolvimento posterior da forma simples de valor – isto é, da expressão do valor de uma mercadoria em outra mercadoria tomada aleatoriamente; pois ele explica

5 camas = 1 casa
o que não se distingue de
5 camas = tanto dinheiro

Mais adiante ele explica que a relação de valor que dá origem a essa expressão torna necessário que a casa, quantitativamente, seja equiparada à cama, e que, sem essa equiparação, essas duas coisas evidentemente diferentes não poderiam ser comparadas como quantidades comensuráveis. A "troca", diz ele, "não pode ocorrer sem igualdade, e igualdade sem comensurabilidade". Aqui, entretanto, ele pára e desiste da análise posterior da forma de valor. "É, na verdade, impossível, todavia, que coisas tão diferentes sejam comensuráveis" – isto é, qualitativamente iguais. Essa equiparação só pode representar algo *estranho à sua natureza real*, conseqüentemente apenas "um artifício para efeitos práticos". O próprio Aristóteles, portanto, nos diz o que o impediu de continuar sua análise: foi a ausência de qualquer conceito de valor. O que é o igual, essa substância comum, que admite, que o valor das camas seja expresso por uma casa? Tal coisa, na verdade, não existe, diz Aristóteles. E por que não? Comparada às camas, a casa efetivamente representa algo igual a elas, na medida em que representa o que é realmente igual, tanto nas camas quanto na casa. E isso é trabalho humano. Havia, contudo, um fato importante que impediu Aristóteles de perceber que a atribuição de valor às mercadorias é meramente um modo de expressar todo o trabalho como trabalho humano igual e, conseqüentemente, como trabalho de qualidade igual. A sociedade grega erigiu-se com base na escravidão e, conseqüentemente, tinha, por sua base natural, a desigualdade dos homens e suas forças de trabalho. O segredo da expressão do valor, a saber, que todos os tipos de trabalhos são iguais e equivalentes, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, não pode ser decifrado até que a noção de igualdade humana já tenha adquirido a estabilidade de um prejuízo popular. Todavia, isso é possível somente numa sociedade em que a grande massa do produto do trabalho assume a forma de mercadorias, na qual, conseqüentemente, a relação dominante entre homem e homem é aquela de possuidores de mercadorias. O brilhantismo do gênio de Aristóteles se mostra apenas por ele ter descoberto, na expressão do valor das mercadorias, uma relação de igualdade. As condições peculiares da sociedade na qual viveu, de per si, impediram-no de descobrir o que "em verdade" estava no fundamento dessa igualdade.²⁹

²⁹ K. Marx, *Capital* (Moscou, Progress Publishers, 1867, livro 1, v. I), p. 59-60. [Ed. bras.: *O capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, livro 1, v. I.]

Portanto, o enraizamento *prático* da teoria de Aristóteles – sua relação com uma formação socioeconômica baseada na escravidão – “impede Aristóteles de perceber” as condições objetivas da troca e o papel crucial do trabalho nesse todo complexo. Esse fracasso não é, todavia, meramente uma ausência. Melhor dizendo, a ausência de um conceito adequado de valor acarreta uma enorme lacuna em todo o quadro teórico, que deve ser preenchida de *alguma forma*. E, de fato, é preenchida por um mero *postulado*: o conceito de um “*artifício para efeitos práticos*” que pretende ser uma *solução*, enquanto, na realidade, não é nada senão uma *evasão do problema em si*. Pois a questão que permanece sem resposta – ou seja, “como é possível um mero artifício funcionar com regularidade confiável?” ou, em outras palavras, quais são os fundamentos objetivos das transações práticas de troca? – não é apenas evitada, mas, pior ainda, retirada de foco pela pseudo-resposta: “artifício” declarando o problema como inexistente. Como resultado de introdução dessa pseudo-solução, toda a pesquisa teórica “sai do caminho” e se transforma numa ideologia que se autofundamenta e cuja função principal não é a *solução*, mas o *encobrimento* (ou “dissolução”) dos problemas que não se conciliam com as funções práticas da concepção aristotélica como um todo.

Obviamente, esse não é um elemento isolado na perspectiva geral de Aristóteles, mas uma parte integrante de uma rede intrincada de conceitos. Não há espaço aqui para tentar uma demonstração pormenorizada. O único aspecto que podemos abordar se refere ao papel esclarecedor que Aristóteles dá ao conceito de “natureza” (e “natural”) em sua teoria social. Com relação à troca de mercadorias, ele declara que a equiparação envolvida em tais transações é “estranha à *verdadeira natureza*” dos bens trocados; e também, que o uso de uma mercadoria (por exemplo, uma sandália) para troca é um uso que não pode ser descrito como um uso “em seu *modo natural*”; ou seja, de um modo correspondente à “*verdadeira natureza*” da coisa em questão. O critério fundamental de Aristóteles para a adequação do relacionamento social em todos os níveis – em termos tanto de instituições quanto de formas de domínio ou governo – é “naturalidade”. Desse modo, a família é “a associação estabelecida *pela natureza*”: a comunidade aldeã é “a forma mais *natural*” de organização; o Estado é “uma criação da *natureza*” etc. De modo semelhante, “o homem é *por natureza* um animal político”, e “um instinto social é implantado em todos os homens *pela natureza*”. Quanto às hierarquias sociais existentes, elas são descritas em termos de dois conceitos intimamente interligados: “escravidão *por natureza*” e “liberdade *por natureza*”. E, evidentemente, formas radicalmente diferentes de domínio são estipuladas para as duas classes: “o domínio sobre os homens livres” em contraposição ao “domínio sobre os escravos”, a fim de harmonizar os modos de governo com as normas da *natureza*, como indicam os conceitos de “escravidão por natureza” e “liberdade por natureza”.

É altamente significativo que, na visão de Aristóteles, a forma estabelecida de relacionamento social, com todas as suas instituições, seja sancionada “pela natureza”. Ademais, o fato alegado de ser sancionada pela natureza confere, ao mesmo tempo, o selo de absoluta aprovação à coisa em questão: “pois o que cada coisa é quando plenamente desenvolvida, chamamos de sua natureza [...]. Além disso, a causa final e o fim de uma coisa é o *melhor*”³⁰. Desse modo, a necessidade ideológica sempre predomina ao declarar

que algo existente – a família, a comunidade aldeã, o Estado, a escravidão etc. – é “plenamente desenvolvido” e é “o melhor”, de acordo com o enraizamento prático específico, em termos sócio-históricos, do sistema de conceitos de Aristóteles.

Contudo, quando emerge o fenômeno da troca de mercadorias, Aristóteles se detém nesse ponto, declarando-o “não natural” e se negando a condená-lo. Isso se torna ainda mais significativo, uma vez que ele não hesita nunca em expressar sua condenação, de modo não ambíguo, daquilo que em outras esferas ele considera ser “contra a natureza”. Ele distingue o caráter *dual* da mercadoria (seu “valor de uso” e seu “valor de troca” – ou, na própria terminologia de Aristóteles: seu “uso natural” e seu “uso não natural”). Além disso, ele observa que essa troca “não natural” de mercadorias como instituição é uma espécie de *desafio* à ordem social prevalecente. (Como, de fato, sua “*verdadeira natureza*” – ou “forma plenamente desenvolvida” – é bastante incompatível com tal ordem.) Todavia, como o fenômeno socioeconômico da troca de mercadorias não representa uma contradição fundamental à hierarquia social existente – não apenas com relação a seu peso *marginal* no sistema global de produção, mas também porque seu impacto é inteiramente compatível com a *estrutura* de classe da sociedade, e afeta somente a sua fama específica, ao contrário do desafio dos que questionam a ordem social dada como tal³¹ – ele tanto a critica quanto a acata. E soluciona a contradição subjacente, postulando o caráter “artificial” de todo o processo. Conseqüentemente, Aristóteles consegue manter sua concepção como um todo – centrada em torno de seu conceito de “natureza” – e, ao mesmo tempo, também integrando a ela, sem maiores incoerências, uma contradição que surgiu de *modo prático* no horizonte social.

O exemplo de Aristóteles mostra, de modo claro, que o fator ideológico não pode simplesmente ser extirpado da teoria social identificando-se os “conceitos ideológicos” responsáveis. Pois toda teoria social que se preze constitui-se com base em – e em resposta a – uma situação histórica específica, que, como tal, requer a solução de um determinado conjunto de tarefas práticas. É óbvio que uma resposta coerente só pode ser concebível em termos de um sistema inteiramente interligado de conceitos – direta ou indiretamente orientados para a prática. Isso significa que as determinantes ideológicas atuam necessariamente em todos os níveis, através de todo o sistema em questão, e qualquer avanço numa determinada posição ideológica exigiria a modificação de *tudo* o quadro conceitual dessa teoria social.

Deve-se enfatizar que nos preocupamos aqui com a *dimensão* fundamental de toda a teoria social, e não com elementos isolados (ou isoláveis). Os conceitos “que saem do caminho” de Aristóteles constituem necessidades funcionais em seu sistema como um todo, apesar da aparente incoerência da fundamentação “não natural” dada à troca de mercadorias, como vimos acima. Pois é precisamente através do conceito “que sai do caminho”, de “artifício para efeitos práticos”, que Aristóteles obtém êxito novamente na reconstituição da coerência interna de seu sistema. Desse modo, não há possibilidade de ele ter um conceito adequado de “valor”, não apenas em decorrência de poderosas razões sócio-históricas (cf. os pontos enfatizados por Marx), mas também por determinações conceituais

³⁰ Aristóteles, *Ethics*, livro I, cap. 2. Para as citações posteriores, cf. Aristóteles, *Politics*, livro I, cap. 2. [Ed. bras.: *A ética*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1968.]

³¹ É contra o último que ele declara seus princípios da “escravidão por natureza” e da “liberdade por natureza”.

básicas. Todo o seu sistema seria completamente minado e, finalmente, esfaqueado com a introdução de um conceito adequado de valor.

É nesse último sentido que podemos contrastar com precisão a identificação correta dos determinantes sócio-históricos – a *dimensão ideológica* – da teoria social com a *solução teórica* de alguns problemas específicos em jogo. No caso de Marx, não foi suficiente realçar as raízes sociais da abordagem aristotélica. Ao mesmo tempo, Marx também teve de proporcionar uma solução teórica coerente para os problemas que derrotaram Aristóteles, dadas as limitações sócio-históricas e conceituais do conjunto de seu sistema. (De fato, pode-se até argumentar que a solução marxiana do problema do valor foi a condição necessária de sua identificação concreta dos determinantes ideológicos do sistema aristotélico. Aqui podemos verificar um mundo de diferenças entre a especificidade diluidora de uma análise social, calcada numa solução teórica adequada dos complexos problemas envolvidos, e a aplicação *apriorística* de categorias sociológicas abstratas, as quais ocultam seu fracasso teórico por meio de rótulos que encobrem a questão.)

Independentemente do grau de correção em sua orientação geral, a crítica da ideologia não é substituto para a solução dos problemas em si. A identificação das causas de um naufrágio não é o mesmo que a eliminação de tais causas das rotas da navegação futuro. Qualquer complexo de problemas dados tem sua *lógica interna*, significando que – dado um certo número de condições previstas na formulação original – os problemas são, *em princípio*, suscetíveis de uma solução correta. A dimensão ideológica envolve tanto a formulação dos problemas em si quanto a elaboração de determinadas soluções para eles, pois o que, *em princípio*, é possível, somente se realiza se certos obstáculos forem previamente removidos. É esse o ponto no qual claramente vemos a interpenetração de fatores ideológicos e teóricos. Em *O capital*, Marx declara que:

Todas as mercadorias são *não-valores de uso* para seus possuidores, e *valores de uso* para seus não-possuidores. Por conseguinte, elas todas precisam mudar de mãos. Mas essa mudança de mãos é o que constitui sua troca, que as coloca em relação umas às outras como valores, e as realiza como valores. Desse modo, as *mercadorias* têm que se realizar como *valores antes* de poderem se realizar como *valores de uso*.³²

Essa afirmação contém, resumidamente, uma das problemáticas centrais de *O capital*, que pode ser “deduzida”, desde que os conceitos operativos relevantes sejam “ativados” em seu sentido marxiano próprio. Mas, evidentemente, o problema do valor não pode ser formulado nesses termos – nem tampouco plenamente desenvolvido ao longo de elaborações subsequentes sem a adoção da posição de observação sócio-histórica marxiana. A linha de abordagem de Marx, de acordo com essa posição de observação específica, traz consigo seus próprios princípios de seleção dos dados relevantes. Sem tais princípios, a “lógica interna” da citação acima não se torna manifesta, e o quadro geral – que é meramente delineado em nossa citação – não pode ser devidamente elaborado em seus pormenores.

A posição de observação sócio-histórica específica de Marx o habilita a apresentar soluções para os complexos problemas do valor que escaparam a seus predecessores, desde

Aristóteles até os clássicos da economia política burguesa. Todavia, isso não significa que o sistema marxiano se coloque “acima da ideologia”, pois toda teoria social é necessariamente condicionada pela situação sócio-histórica dos pensadores específicos. É exatamente o conjunto específico de determinações sócio-históricas que constitui a dimensão ideológica de toda teoria social, independentemente da posição de observação histórica dos pensadores específicos.

Ao contrário do que ocorre na ciência natural, os conceitos-chave da teoria social – sejam eles “homem” e “natureza”, “indivíduo” e “sociedade”, “cultura” e “comunidade”, “escassez” e “excedente”, “oferta” e “demanda”, “necessidade” e “utilidade”, “capital” e “trabalho”, “propriedade” e “lucro”, “*status*” e “interesse de classe”, “conflito” e “equilíbrio”, “polarização” e “mobilidade”, “mudança” e “progresso”, “alienação” e “revolução” etc. etc. – todos se mantêm como conceitos *sistematicamente discutíveis e contestáveis*. Além do mais, dado o inter-relacionamento dinâmico de todos os fenômenos sociais, independentemente dos aspectos específicos que estejam sendo enfocados em qualquer período dado, em qualquer campo específico da pesquisa social, o que de fato está em jogo é sempre o inter-relacionamento complexo entre a questão específica sob exame e a totalidade constantemente mutável das relações sociais. (Em outras palavras, os conceitos da teoria social são sempre conceitos “totalizadores”, mesmo quando aparecem sob forma grosseiramente distorcida através dos prismas, digamos, do “atomismo lógico”, “individualismo metodológico” e similares. Esse caráter “totalizador”, aliás, ajuda a explicar por que os conceitos fundamentais da teoria social permanecem sistematicamente contestáveis.) Além disso, tanto os princípios que regem o delineamento de um campo específico de pesquisa a partir da complexa totalidade dos fenômenos sociais, quanto os que determinam a seleção de um conjunto limitado de dados relevantes, obtidos de um número virtualmente incontável de dados disponíveis, para a gama de problemas escolhidos, exigem sua justificativa a partir do conjunto do sistema de pensamento específico, contraposto aos sistemas alternativos do passado e do presente. (Os perigos de circularidade nessa conexão são auto-evidentes. Fugir da tarefa de justificação dos princípios fundamentais e pressupostos de um sistema dado leva vários cientistas sociais a sucumbirem a esse perigo³³.) E, novamente, os próprios objetos da teoria social – embora amplamente divergentes quanto à *escala relativa de tempo* – são todos sócio-historicamente específicos e limitados: de certo modo, eles são todos *objetos “necessariamente em desaparecimento”*. (A necessidade histórica manifesta neles é, nas palavras de Marx, “eine verschwindende Notwendigkeit”: “uma necessidade em desaparecimento”.) São essas algumas das principais razões pelas quais toda teoria social é condicionada sócio-historicamente, tanto em seus objetos quanto no modo específico de abordagem adotado por pensadores específicos, em suas tentativas de dominar os problemas de sua época.

A ênfase nesses aspectos não significa, absolutamente, que estejamos defendendo uma interpretação *relativista* da ideologia. O fato de que qualquer conjunto dado de problemas práticos necessariamente se vincule a uma situação sócio-histórica específica, não invalida em absoluto a questão de qual delas, dado um número de soluções alternativas, poderia reivindicar para si um grau mais alto de objetividade.

³² K. Marx, *Capital*, cit., p. 85.

³³ Vimos alguns exemplos nos itens sobre Homans e Coser.

Para derrotar o relativismo, é de importância vital ter em mente todos os principais constituintes desse relacionamento complexo, e não apenas *um* deles, como ocorre no “marxismo vulgar” e igualmente no “sociologismo vulgar” – incluindo a chamada “sociologia do conhecimento” – que se concentra unilateralmente na questão do ponto de vista social. Daí a razão pela qual insistimos no inter-relacionamento estreito de três fatores principais:

(1) um complexo específico de problemas aparece objetivamente/praticamente no horizonte social, independentemente da habilidade ou fracasso do pensador em solucionar o conjunto de problemas dados no interior dos limites do seu sistema (cf. Aristóteles);

(2) a “*lógica interna*” da problemática em questão, que não se pode separar da *lógica objetiva* de seus fundamentos básicos (cf. a definição dada por Marx das categorias de pensamento, como “*Daseinsformen*” – “formas de ser” –, que estão sujeitas às leis dinâmicas do desenvolvimento sócio-histórico. Novamente, a apreensão limitada de Aristóteles do problema do valor, teórica e conceitualmente, e não apenas socialmente, constitui um exemplo nítido);

(3) a *interpenetração* recíproca dos fatores teóricos e ideológicos em um sistema específico e, por conseguinte, a importância de uma posição de observação sócio-histórica mais elevada na superação das limitações de sistemas anteriores. (Isso significa que problemas e contradições de sistemas específicos devem ser identificados e solucionados, *teoricamente*, em termos de sua “*lógica interna*”, além de se avaliar corretamente os *determinantes ideológicos* dos sistemas em questão.) Em contraste, uma insistência unilateral no papel determinante da perspectiva social resulta não apenas em hipóteses mecanicistas grosseiras, mas também em uma incapacidade total em abordar questões tão importantes como a “mudança de perspectiva”. (Eis a questão: como é possível para um pensador – como Marx, por exemplo – transpor os estreitos limites da classe original a que pertence?) Pois, se nossa hipótese de explicação das características peculiares de uma teoria social específica for a perspectiva socioeconômica do pensador, *em si e por si* apenas, não há razão nenhuma para se admitir nem mesmo a possibilidade de uma mudança na fidelidade de classe, exceto como um ato inteiramente *gratuito e irracional* de “conversão horrenda”³⁴ – o que, naturalmente, não é, em absoluto, uma explicação. Também não pode haver nenhuma justificativa racional para a preferência por uma teoria – a articulação de uma perspectiva específica – em relação a outra.

Karl Mannheim é um caso altamente esclarecedor nesse sentido. Ele tenta superar o determinismo mecânico e o relativismo da sua abordagem pela introdução da noção de “*intelligentsia* descompromissada” (*freischwebende intelligenz*), supostamente a portadora da perspectiva adequada (não relativista), por força do pretenso “fato empírico” de que “ela abarca em si todos aqueles interesses que permeiam a vida social”³⁵. Evidentemente, esse “fato empírico” nada mais é que um *postulado fictício*, “estabelecido” por postulados adicionais como, por exemplo, aquele em que o intelectual é “o defensor *predestinado* dos

interesses intelectuais do conjunto”³⁶ (subitamente, “todos os interesses da vida social” transformaram-se nos “interesses intelectuais do conjunto”, para os quais, sem dúvida alguma, o intelectual deve, por definição, ser eminentemente qualificado). E se indagássemos por que os “intelectuais descompromissados” se associam ao proletariado, por exemplo, obteríamos uma “explicação” esplendidamente tautológica: “Essa *capacidade* de se vincularem a classes a que originalmente não pertencem é *possível* aos intelectuais porque eles conseguem se adaptar a qualquer ponto de vista”³⁷. Agora o sabemos.

O problema dessa abordagem é que ela se constitui de postulados e pressupostos vazios no interior de um quadro estrutural de remissões recíprocas tautológicas. Já que a categoria-chave – a “*intelligentsia* descompromissada” – é inteiramente destituída de fundamentação empírica, o argumento deve, em todos os seus níveis, se escorar em pressupostos que levam a outros pressupostos, meros postulados tautologicamente transfigurados em “fatos sociológicos” (ou “fatos empíricos”). Além do mais, mesmo se, para efeito de argumentação, admitíssemos que a “*intelligentsia* descompromissada abarcasse em si todos aqueles interesses que permeiam a vida social”, tal fato em si não significaria absolutamente nada com relação aos modos pelos quais os interesses sociais conflitantes são enfrentados e resolvidos na *realidade*. E, com efeito, alguns parágrafos adiante nós seremos brindados com mais um outro postulado como “solução”: “Sua [dos intelectuais] *função* é penetrar nas fileiras das *partes em conflito* a fim de *que sejam compelidas a aceitar suas exigências*”³⁸. A “função” em questão é bastante real. Mas não, conforme alegado, como um fato empírico “amplamente demonstrado” na história (nenhum exemplo, contudo, foi dado, apesar da “amplitude”). No entanto, ela é muito real e necessária no quadro do discurso de Mannheim, por preencher uma enorme lacuna na sua argumentação e por empear uma aparência de realidade à sua categoria-chave.

A função ideológica da “*freischwebende intelligenz*” de Mannheim, que supostamente é capaz de “transformar o conflito de interesses em conflito de idéias”³⁹, é suficientemente óbvia. O que resta a ser indicado são as características teóricas e metodológicas fundamentais da estrutura de argumentação de Mannheim relacionadas aos nossos problemas. Já vimos como os postulados sucedem aos pressupostos, no quadro geral das remissões recíprocas tautológicas e dos pressupostos demarcadores, assim como os postulados são transfigurados em fatos sociológicos. Quanto à categoria-chave: a “*intelligentsia* descompromissada”, com sua pretensa “orientação total”⁴⁰ não é muito difícil reconhecer sua derivação do conceito lukácsiano da “*perspectiva da totalidade*”⁴¹. A diferença básica, entretanto, é que, enquanto Lukács enfatiza “a perspectiva da totalidade” como um *princípio metodológico* crucial, Mannheim o transforma numa *entidade sociológica fictícia*. E.

³⁶ Idem.

³⁷ Ibidem, p. 141.

³⁸ Ibidem, p. 142.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Ibidem, p. 143.

⁴¹ Cf. G. Lukács, *History and class consciousness* (Londres, Merlin Press, 1971), sobretudo o ensaio “The Marxism of Rosa Luxemburg”. (Ed. bras.: *História e consciência de classe*, São Paulo, Martins Fontes, 2003.)

³⁴ Cf. a citação de Keynes, na nota 45 deste capítulo.

³⁵ K. Mannheim, *Ideology and utopia* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1936), p. 140. [Ed. bras.: *Ideologia e utopia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.]

enquanto o conceito da “perspectiva da totalidade” é e se mantém um princípio metodológico vital da ciência social, independentemente do uso específico que Lukács lhe atribui em *História e consciência de classe*, sua conversão voltada apologeticamente à “orientação total” da “*intelligentsia* descompromissada”, como personificação e reconciliação absolutas de todo relativismo e dos conflitos sociais reais, torna-se um conceito totalmente incoerente. (Mas, evidentemente, ao alegar validade empírica para categorias que têm apenas *status* metodológico, Mannheim não é o primeiro nem o último no campo da teoria social. Desse modo, a importância do problema ultrapassa a crítica de sua abordagem específica.)

Como conclusão a essa parte, temos de enfatizar novamente que a identificação dos determinantes ideológicos de uma teoria social específica, embora correta, não constitui explicação e solução em si. Os problemas teóricos surgem com base em determinações sociais objetivas que são, em maior ou menor grau, “visíveis” a partir de uma multiplicidade de perspectivas sociais. E já que as várias problemáticas teóricas têm sua lógica interna, e já que, o caráter totalizante da teoria social requer soluções abrangentes para os problemas em jogo, é impossível conceber o resultado teórico final simplesmente em termos de uma determinação sociológica estrita sem que sejam violados grosseiramente os conjuntos de inter-relações reais. Pois se, de um lado, a perspectiva sócio-histórica específica do pensador tende a determinar todo esse complexo de acordo com os interesses do grupo a que ele pertence em termos sociológicos, de outro, a lógica interna das várias problemáticas, referidas a seus fundamentos práticos como também às condições metodológicas e teóricas de teoria social, no interior da qual ele desempenha sua tarefa, tendem a revelar os perfis problemáticos – de fato até as contradições – de soluções muito estreitamente vinculadas àquele grupo social. Sejam quais forem suas limitações sócio-históricas, o pensador específico – caso seja um homem de significado e não um mero apologeta – será induzido a ir além das determinações sociológicas, imediatas, a ponto de expor os aspectos *problemáticos* de certas relações sociais (cf. o reconhecimento de Aristóteles do caráter “nao-natural” da troca de mercadorias), ou, num estágio histórico mais avançado – a identificar as *contradições* nelas envolvidas, mesmo se ele próprio for incapaz de oferecer uma solução adequada (cf. o relato de Ricardo sobre as contradições na teoria do valor, herdada de seus predecessores e posteriormente desenvolvida por ele). De fato, a percepção de algumas contradições importantes pode muito bem induzir alguns pensadores – como Marx e Engels, por exemplo, a procurar soluções em uma direção que necessariamente requer uma mudança na perspectiva social e na fidelidade de classe. Isso não significa, evidentemente, que as determinações de tal mudança surjam no interior da própria teoria. Elas surgem sobre a base de uma prática social imensamente complexa, em relação à qual a *lógica interna* da problemática teórica, profundamente arraigada em seus alicerces ontológicos – isto é, conjuntos coerentes de “*Daseinsformen*” sócio-historicamente específicos e relacionados à dada configuração do “*Dasein*” social – constitui um aspecto vital. Nossa objeção, aqui, em oposição a algumas abordagens distorcidas, não se coloca a favor de um tipo diferente de unilateralidade teórica, mas, pelo contrário, para que se acentue a importância teórica de reconhecer e investigar a fundo a total complexidade dos fatores que constituem essas inter-relações dialéticas.

8. A perspectiva social da ideologia keynesiana

Marx demonstra em seu *Grundrisse* que “somente quando a autocrítica da sociedade burguesa teve início foi que a economia burguesa conseguiu entender as economias feudal, antiga e oriental”⁴². A importância metodológica dessa observação para a ciência social é fundamental, pois, se a compreensão das economias feudal, antiga e oriental exige uma atitude autocrítica em relação à sociedade burguesa, torna-se fácil perceber a necessidade vital de uma instância radicalmente crítica para uma apreensão e uma demonstração adequadas das contradições e leis internas do desenvolvimento da formação social a que o próprio cientista social pertence.

As consequências da desconsideração desse aspecto são de longo alcance. Na sociedade burguesa, “o capital é o poder econômico que domina tudo”⁴³, e uma atitude acrítica com relação a um poder tão abrangente inevitavelmente resulta em sistemas teóricos dominados por mistificações do *Dasein* burguês, sejam quais forem as intenções subjetivas de pensadores específicos em relação a algumas manifestações parciais desse poder. Um exemplo claro é J. M. Keynes. Ele não hesitou em se identificar totalmente com a perspectiva do capital: “Como posso adotar um credo que, preferindo a lama ao peixe, exalta o *proletariado rude* acima da burguesia e da *intelligentsia*, que, seja lá com que falhas, são, na vida, a prosperidade e, certamente, os portadores das sementes de todo o avanço humano? Mesmo se precisássemos de uma religião, como a poderíamos encontrar no *refúgio confuso das livrarias vermelhas*? É difícil para um filho educado, decente e inteligente da Europa Ocidental encontrar aí os seus ideais, a menos que tenha primeiro sofrido algum *estranho e horrível processo de conversão* que tenha mudado todos os seus valores”⁴⁴. “Quanto à *luta de classes* como tal, meu patriotismo local e pessoal, como os de todo mundo, exceto alguns entusiastas desagradáveis, liga-se a meu próprio ambiente. Eu posso ser influenciado pelo que me parece ser justiça e bom senso, mas a *guerra de classes me encontrará do lado da burguesia educada*”⁴⁵. Depois dessa identificação com a burguesia, não é surpreendente descobrir que Keynes tem de se valer de uma pregação repugnante, quando descreve o que lhe desagrada no capitalismo: “Pelo menos por mais cem anos devemos fingir para nós mesmos e para todo mundo que o belo é impuro e que o impuro é belo”, pois o impuro é *útil* e o belo não é”⁴⁶. A suposta *fatalidade* da regra de “utilidade” se opõe a um “dever” vago; uma indignação moral tornada completamente impotente pela associação de “impuro” a “útil” – “útil” significando “comercializável” ou “lucrativo”; uma mistificação típica que encobre o fato de que, numa sociedade de mercadorias, o *valor de troca* usurpa o lugar do *valor de uso*

⁴² K. Marx, *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* (Berlim, Dietz Verlag, 1953), p. 26.

⁴³ *Ibidem*, p. 27.

⁴⁴ J. M. Keynes, “A short view of Russia” (1925), em *Essays in persuasion* (Nova York, W. W. Norton & Company, 1991).

⁴⁵ *Idem*, “Am I a Liberal?” (1925), em *Essays in persuasion*, *cit.*

* Alusão à peça *Macbeth*, de William Shakespeare, em cuja versão portuguesa as bruxas dizem que “o bonito é feio e o feio é bonito” (Ato I, Cena 1).

⁴⁶ J. M. Keynes, “Economic possibilities for our grandchildren” (1930), em *Essays in persuasion*, *cit.* [Ed. bras.: *John Maynard Keynes: economia*, São Paulo, Ática, 1984, Coleção Grandes Cientistas Sociais.]

humano, pois a produção de bens é substituída pela produção de mercadorias comercializáveis – e pela postulação da inevitabilidade dessa associação.

De forma semelhante, Keynes declara em outro trabalho: “Começa-se a pensar se as vantagens materiais de manter os negócios e a religião em compartimentos diferentes seriam suficientes para se equilibrar as desvantagens morais”⁴⁷. Como se a questão pudesse se resolver por meio de algum tipo de legislação moralmente esclarecida – um raciocínio categoricamente contradito pelo próprio relato de Keynes sobre o desenvolvimento socioeconômico que – no espírito dá um determinismo mecânico grosseiro – somente pode reconhecer o papel da “ciência e do juro composto”. Desse modo, a questão moralizante se mantém como uma curiosidade inútil se a “consciência moral” e a “natureza humana” podem seguramente existir em universos separados: a primeira no mundo “noumênico” do transcendentalismo metafísico, e a última “nesse nosso mundo fenomênico”.

O dualismo não mediado desse raciocínio é algo necessário. O desenvolvimento socioeconômico tem de ser explicado como uma fatalidade da natureza (“utilidade”, “a lei do juro composto”, “técnicas produtivas” etc.), ao passo que os valores dominantes são considerados separadamente como “valores intrínsecos”. O elo mediador prático entre “fatos” (ou “técnicas”) e “valores” – ou seja, as relações sociais de produção estabelecidas – deve permanecer não mencionado (e, dessa forma, a estrutura conceitual precisa ser rigidamente dualista), porque, ao ser destacado, se revelaria a especificidade sócio-histórica (isto é, a “necessidade em desaparecimento”) das relações burguesas de produção. Compreensivelmente, então, qualquer desvio da ordem burguesa deve ser explicado em termos de mistérios religiosos. Citamos acima as observações feitas por Keynes sobre a “estranha e horrível conversão dos entusiastas” que se desligam da racionalidade, naturalidade etc. das perspectivas daqueles que são “na vida, a prosperidade e portadores das sementes de todo o avanço humano”. A mesma estrutura argumentativa se evidencia na sua abordagem das tendências sociais a que se opõe:

Eu confio em um juízo – que, se o comunismo obtiver um certo êxito, ele o alcançará não como uma técnica econômica desenvolvida, mas como uma religião [...]. Não acho que ele contém, ou possivelmente conterá, qualquer técnica econômica útil que não conseguíssemos aplicar, se quiséssemos, com igual ou maior êxito numa sociedade que guardasse todas as marcas, não diria do capitalismo individualista do século XIX, mas dos ideais burgueses britânicos.⁴⁸

Assim, o problema pode ser prejudicado “presunçosamente” – já em 1925, quando essas linhas apareceram originalmente – através de apriorismos, pois, se uma “técnica econômica” alternativa não pode ser usada pela economia burguesa, então não é uma “técnica econômica útil”, mas sim um elemento religioso. Ao mesmo tempo, o caráter histórico – isto é, mutável – das relações sociais capitalistas de produção podendo ser transfigurado de modo conveniente em sistema de “técnicas econômicas úteis”, temos, evidentemente, sua própria justificativa. O que desaparece nessa justaposição de “fato e valor”, “comércio e religião”, “técnica e ideal”, “técnica e religião” etc. é exatamente a mediação vital das relações

sociais de produção. (Podemos observar aqui a função ideológica da fusão da “estrutura específica, em termos sócio-históricos, em “função” atemporal.)

A “técnica como tal” é, evidentemente, compatível com os diferentes sistemas sociais de produção. Contudo, à medida que as técnicas econômicas ou produtivas estejam encravadas numa estrutura específica de relações sociais – o que sempre acontece em maior ou menor extensão – elas não serão compatíveis com um sistema antagônico de produção. É por isso que Keynes, de modo significativo, tem de acrescentar, à sua afirmação sobre a pretensa neutralidade da técnica, duas “cláusulas de salvamento” ostensivas: “técnicas econômicas úteis” e “se preferíssemos aplicá-las”.

Esse tipo de raciocínio permite a todos aqueles que argumentam a partir da perspectiva do capital a representar seu comprometimento valorativo fundamental, sua auto-identificação com as relações sociais estabelecidas de produção, como uma aprovação puramente racional e “neutra” de “técnicas econômicas úteis” (ou de teorias baseadas em “fatos científicos”, “modelos descritivos”, “normas pragmáticas”, “fatos sociológicos”, “observações empíricas” etc. etc.). Permite também tratar sumariamente todas as abordagens antagônicas – principalmente aquelas que ousam focalizar a atenção sobre as relações sociais de produção, que conspicuamente não são mencionadas – como “entusiasmo”, “religião”, “conversão estranha e horrível”, “refugo confuso das livrarias vermelhas”, “ideologia” e outros.

9. A ideologia da “teoria geral” parsoniana

O caso de Talcott Parsons é igualmente significativo embora de forma bastante diferente, pois, ao contrário de Keynes ele se abstém de adotar uma postura abertamente moralista. Sua auto-identificação com a perspectiva do capital (como vimos anteriormente: com o capitalismo das grandes corporações) é tão completa quanto suas pretensões de proporcionar uma “teoria universal de ação”. Todavia uma vez que (estritamente a favor do interesse da “universalidade”, é óbvio) o predomínio maciço de parcialidade capitalista deve ser ocultado sob grossas camadas da elaborada verbosidade mistificadora, o resultado teórico das tentativas de Parsons é, com efeito, uma “análise estrutural-funcional” das “estruturas universais” da reificação burguesa e das “funções” da vida apologeticamente definidas como autoperpetuadoras e confinadas “no interior do quadro de referência da ação” da sociedade de mercadorias alienada.

Tomaria muito espaço tentar uma crítica pormenorizada do sistema de Parsons, uma vez que, para atravessar a grossa crosta de verbosidade confusa até atingir o cerne de suas avaliações genéricas, exigir-se-ia a multiplicação do tipo de “traduções” admiravelmente feitas por C. Wright Mills em *Imaginação sociológica*⁴⁹, numa escala menor. Mas a limitação de espaço obriga a nos concentrar, ao invés, em poucos temas centrais.

Como corretamente enfatiza C. Wright Mills,

A grande teoria está embriagada pela sintaxe, cega em relação à semântica [...] Os grandes teóricos se preocupam tanto com significados sintáticos e são tão desprovidos de imaginação a

⁴⁷ J. M. Keynes, “A short view of Russia”, cit.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ C. Wright Mills, *The sociological imagination* (Nova York, Penguin, 1959). Cf. Cap. 2 (“Grand Theory”). [Ed. bras.: *Imaginação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.]

respeito de referências semânticas e tão rigidamente confinados a níveis altíssimos de abstração que as tipologias que eles elaboram – e o trabalho que têm para elaborá-las! – parecem mais um jogo árido de conceitos do que uma tentativa de definir sistematicamente – quer dizer, de forma clara e organizada – os problemas em jogo e direcionar nossos esforços à solução deles.⁵⁰

Contudo, não constitui explicação para isso a afirmação de que “em *O sistema social*, Parsons não conseguiu assimilar o trabalho da ciência social, por estar possuído pela idéia de que o modelo de ordem social que construiu é uma espécie de modelo universal; na medida em que, de fato, ele transformou os seus conceitos em fetiche”⁵¹. É irrelevante a discussão se são vários ou um único modelo, pois, se o modelo em questão é construído em estado de “embriaguez sintática” associada à “cegueira em relação à semântica”, ele é inútil, tanto isoladamente quanto na companhia de vários. Além disso, a coordenação e unificação de modelos parciais num quadro abrangente – embora, evidentemente, “aberto”, tanto histórica quanto estruturalmente⁵² – torna-se uma exigência metodológica vital de todos os sistemas de teoria social.

Parsons feticheiza seus conceitos não porque “esteja possuído pela idéia” de ter construído um modelo universal de inspiração idealista – mas pelo fato de *tomar como pressupostos* os feticismos e reificações (o estágio dado do *Dasein* burguês) que constituem os alicerces práticos de seus modelos teóricos. Desse modo, Parsons deve ser criticado não pelas idéias – embora ilusórias – que possivelmente teve sobre suas próprias realizações, mas pela *natureza apologética* das realizações em si.

Podemos ilustrar tal aspecto com alguns conceitos-chave de Parsons, conforme apresentados em *Economia e sociedade*⁵³: trabalho no qual a sua habitual falta de inteligibilidade esteja talvez menos evidente. Infelizmente, torna-se necessário começar por uma longa citação. Mas podemos dizer a seu favor que ela mostra, bem nitidamente, o método pelo qual as características sócio-históricas específicas da particularidade capitalista se inflam em grandiosos chavões apologéticos da “teoria geral parsoniana dos sistemas sociais no interior do quadro de referência da “ação”. A citação diz:

Resumamos o modelo de mudança institucional como uma série de etapas lógicas num ciclo de mudança. (1) O processo se inicia por uma combinação de “insatisfação” com as realizações produtivas da economia ou seus setores relevantes e um senso de ‘oportunidade’ em termos da disponibilidade potencial de recursos adequados à conquista de níveis mais altos de produtividade. (2) Surgem sintomas de distúrbio sob a forma de reações emocionais negativas “injustificadas” e aspirações “irrealistas” por parte de vários elementos da população. (3) Ocorre um processo velado de controle dessas tensões e de mobilização das motivações para novas tenta-

tivas de realização das implicações do padrão de valor existente. (4) Encontra-se em locais importantes uma aceitação da proliferação de “novas idéias”, sem a imposição de uma responsabilidade específica para a sua implementação e para se “assumirem as conseqüências”. (5) São feitas tentativas positivas para se atingir a especificação das novas idéias, que se tornarão objeto de comprometimento dos empresários. (6) Executa-se a implementação “responsável” de inovações por pessoas ou coletividades assumindo o papel de empresários, ou premiadas por lucro empresarial ou punidas por fracasso financeiro, dependendo da aceitação ou rejeição das inovações por parte dos consumidores. (7) Os ganhos resultantes da inovação são consolidados por sua aceitação como parte do padrão de vida e são incorporados às funções de produção de rotina. Nessa fase final, o novo “modo de fazer as coisas” se institucionaliza como parte da estrutura da economia.

Sugerimos a seguinte “tradução” aos termos da separação de propriedade e administração na estrutura de corporações da economia norte-americana. (1) Houve uma insatisfação difusa dos elementos responsáveis no mundo empresarial com o modo com que funcionava o sistema de corporações “controlado pelo proprietário”, sob o ponto de vista da maximização da produtividade, e uma sensação indireta de que o suprimento de capital não dependia inteiramente da manutenção do *status quo*. (2) Surgiram sintomas de distúrbios; por exemplo, a visão “tecnológica” das conseqüências destrutivas das negociatas (Sistema Veblen dominado pelo proprietário), interferindo na “eficiência”: exageros utópicos dos resultados a serem obtidos através do abandono total dos “negócios”, que passam a ser puramente “tecnológicos”. (3) Descobriram-se atitudes permissivas de apoio com relação às objeções ao sistema “capitão da indústria” e em relação ao utopismo oposto. (4) Ganha proeminência relativa a “nova empresa” de organizadores do mundo das corporações, por exemplo, US Steel depois de Carnegie-Morgan, General Motors depois de Durant e Standard Oil depois de Rockefeller. (5) Surgem novas práticas financeiras, tentando se “libertar” do antigo controle capitalista familiar; por exemplo, a livre venda de ações ao público em geral, as práticas de controle minoritário, a companhia *holding* etc. Ao mesmo tempo, há um rápido desenvolvimento tecnológico e organizacional da empresa para uma espécie de “império” em si. (6) Segue-se uma nova onda de lucros, mostrando que o sistema pode operar sob as novas condições. Por exemplo, a receita das Standard Oil Companies pós-Rockefeller tem sido muito maior do que a fortuna Rockefeller. (7) Consolida-se a nova posição pela sua rotinização, principalmente pela volumosa produção de novos artigos para um público consumidor de alta renda: a “nova economia” se torna independente tanto da “exploração do trabalho” precedente quanto do “controle capitalista” precedente. Há, portanto, em termos abrangentes, um estreito ajuste encorajador entre o esboço do nosso modelo teórico e os fatos empíricos de uma mudança recente na estrutura da economia norte-americana. Obviamente esse é um mero ponto de partida para explorações mais intensivas desse e de outros casos.⁵⁴

Não há espaço aqui para considerar a presente passagem nos inúmeros fragmentos, como seria devido. Consideremos apenas algumas de suas características mais marcantes.

É interessante notar que exatamente sete pequeninos itens perfazem a “série de passos lógicos parsonianos” e que os pretensos “fatos empíricos” encaixam-se com prontidão, *exatamente* nos sete pequeninos itens. Além disso, como nos é mostrado no rodapé da pá-

⁵⁰ Ibidem, p. 12-3.

⁵¹ Ibidem, p. 58.

⁵² Aqui é onde percebemos a importância do princípio metodológico de Lukács, “a perspectiva da totalidade”, mencionado acima.

⁵³ T. Parsons e N. J. Smelser, *Economy and society: a study in the integration of economics and social theory* (London, Routledge & Kegan Paul, 1956). Já que frequentemente se enfatiza no livro que Parsons é “o Autor Sênior”, e já que todos os conceitos importantes são retirados do seu sistema geral, em nome da concisão, passamos a referir, a partir de agora, esse livro apenas com o nome do Parsons.

⁵⁴ Ibidem, p. 270-2.

gina 271, "O número e a ordem dos passos envolvidos nesse processo correspondem àqueles postulados por Parsons e Bales, em seu paradigma de um ciclo de internalização de um padrão de valor no processo de socialização (cf. *Família, socialização e processo de interação*, capítulo VII). Percebemos que essa correspondência não é fortuita, mas advém de certas condições gerais e características do processo de mudança estrutural em sistemas de ação. Que "elegância"! Que "economia"! A única dificuldade remanescente é que os sete pequenos itens se ajustam com tal perfeição lógico-empírica que não pode haver neles lugar para fatores como "guerra", "imperialismo", "exploração colonial", "antagonismo de classe", "crise econômica" etc. etc., que, caso contrário, talvez pudessem ajudar na explicação das mudanças que ocorreram "na estrutura de corporações da economia norte-americana".

O relato parsoniano do "ciclo de mudança" se baseia na substituição dos fatores estruturais *objetivos* por categorias *subjetivas* mistificadoras, como "reações emocionais negativas", "atitudes empresariais", "sentimentos indiretos" (sejam quais forem), "utopismo e utopismo oposto"⁵⁵ e outros. Também, vez por outra, Parsons se parabeniza pela proximidade com que seus paradigmas e a "série de passos lógicos" se ajustam ao mundo do capitalismo de corporações – embora sua colocação não seja bem assim (ele a chama de "estreito ajuste entre nosso modelo teórico e os fatos empíricos" etc.) e não oferece outra explicação além da perfeição implícita de seus modelos teóricos. A verdade clara, contudo, é um pouco mais prosaica. Os "fatos" se ajustam a seus modelos porque eles são "traduções" abstratas dos "fatos empíricos" do capitalismo de corporações, *vistos da perspectiva do capital monopolista*. É por isso que a representação dos fatos disponíveis deve ser tão patentemente *seletiva*. É por essa razão que ele consegue "retraduzir" com tal facilidade os "passos lógicos" de seu "paradigma" em seqüências empíricas de acontecimentos e "mudanças estruturais" – altamente seletivas! (Embora, naturalmente, como um nobre idealista, ele esteja convencido de que seus "paradigmas" vêm em primeiro lugar e os "fatos empíricos" se obsequiam em seguida.) E é por isso que a prometida "exploração mais intensiva deste e de outros casos" nunca ultrapassa a mera repetição dos chavões soberbos da apologética parsoniana.

Para efeito de demonstração, vamos lidar de modo resumido com três pontos intimamente inter-relacionados.

(1) A ausência total de *explicações causais* nos pontos-chave da análise. Os membros específicos da seqüência simplesmente "*surgem*", "*são encontrados*" etc. – como se saíssem de uma grande cartola. Aliás, a função apologética básica da "série de passos lógicos" parsoniana é criar a aparência de "necessidade interna" (melhor: "necessidade lógica") para um estado de coisas – uma "mera contingência", se é que jamais houve alguma – que é simplesmente suposto ("como simplesmente dado"), ao qual é conferido o *status* de absoluta necessidade, e é projetado no paradigma que, por sua vez, prontamente se presta a ser retraduzido na se-

qüência pseudocausal. *Por que e como* a "insatisfação", os distúrbios, as "idéias novas", as "inovações", as "novas práticas financeiras" etc. surgem exatamente; por que o processo global deveria se consumir afortunadamente numa "nova onda de lucros", ou, a esse respeito, por que o fenômeno do lucro deveria ser associado a um caráter de *onda*; e por que o padrão subjacente a todo o processo deveria ser *cíclico*, postulando assim a necessária reprodução das relações de produção estabelecidas em qualquer "novo equilíbrio", todas essas perguntas não encontram lugar na terra do paradigma de Parsons. Afinal de contas, o objetivo geral desse "paradigma" é excluir *a priori* tais dúvidas – juntamente com todas as suas possíveis implicações práticas.

(2) Qualquer coisa, obviamente, é possível num mundo alicerçado nas "estruturas" da pseudocausalidade parsoniana. E, aliás, um dos subpostulados do modelo geral é a "soberania do consumidor". (Ela aparece proeminentemente, nesses exatos termos, à página 160 e em outros lugares no livro.) Com efeito, somos informados de que todo o processo depende da "*aceitação ou rejeição das inovações por parte do consumidor*". Ainda, o "passo lógico" seguinte – e último – da fábula paradigmática fala apenas da "aceitação": a possibilidade de "*rejeição por parte do consumidor*" desaparece mágicamente do cenário. Mas isso é tal como deveria ser exceto para a pretensão de que a aceitação institucionalizada é o estágio "*final*" de um sistema prévia e amplamente aberto de alternativas genuínas. Aliás, esse não pode ser o caso, nem mesmo na própria demonstração de Parsons, pois, se a *aceitação* como tal é a condição *necessária* da "fase final" – já que a falta de aceitação minaria e destruiria todo o paradigma cíclico do nosso autor, sabe-se lá com que conseqüências cataclísmicas para seus "fatos empíricos", então a possibilidade de uma *rejeição* no estágio anterior deve ser uma noção completamente vazia: em outras palavras, uma *ficção* paradigmática. O que torna a idéia de "soberania do consumidor" – "aceitação ou rejeição" – uma mera ficção retumbante é a própria natureza do *sistema* cíclico auto-reprodutor *em si*, o que é totalmente inconcebível – como Parsons mesmo admite no final – sem a *institucionalização da aceitação* e, como conseqüência, sem a efetiva anulação de sua alternativa. E já que a *aceitação institucionalizada* – a verdade prosaica da altissonante "soberania do consumidor" – é uma *necessidade estrutural* do próprio sistema (novamente, Parsons mesmo admite isso), a questão de uma *alternativa genuína* (isto é, a "rejeição" como um termo significativo) diz respeito ao *sistema como tal*, e não à possibilidade de escolhas parciais isoladas no interior das fronteiras do sistema. Se, contudo, a questão das alternativas genuínas for relacionada à estrutura do sistema, *no interior* do qual o consumidor individual – o "soberano" de Parsons – for irremediavelmente capturado, a rejeição efetiva é concebível apenas *externamente*: uma possibilidade excluída *a priori* pela funcionalidade "equilibradora" autoperpetuante do sistema parsoniano. E, além disso, se o "*indivíduo*" for necessariamente capturado pela estrutura de aceitação institucionalizada no interior da qual está situado, uma alternativa genuína para o sistema necessariamente exige tanto um *sujeito coletivo* como um sujeito cuja "soberania" não se confine à esfera do mero *consumo*. Mas exatamente por essas razões é que Parsons tem de trabalhar com as categorias da mistificação subjetiva, postulando a (fictícia) soberania do consumidor individual como um "fato empírico", alegando *derivar* dela a "fase final da aceitação institucionalizada", o que, aliás, ele tomou *como suposto* o tempo todo: de fato, desde o início, ele a considerou como o clímax necessário nos idênticos alfa e ômega – do seu "ciclo de mudança estrutural". Os "passos lógicos" das de-

⁵⁵ É difícil de acreditar, mas isso é a "prova" do que é chamado de "utopismo oposto", conforme nos proporciona a nota de rodapé na página 272: "Anna Lee Hopson, num estudo sobre os romances mais vendidos no início do século XX, encontrou que o herói cede com relutância às influências e é geralmente recompensado pelo amor idealista da heroína, que normalmente é a filha de um homem perverso". Cf. Anna Lee Hopson, *Best-sellers: media of mass expression* (tese de doutorado, Cambridge, MA, Radcliffe College, 1952).

duções e derivações de Parsons são, assim, violações grosseiras da lógica. Como vemos, todavia, os pontos questionáveis não são simplesmente erros e “confusões lógicas” – embora seja bastante confusa a substituição de fatores subjetivos por objetivos e de esferas de ação individuais por coletivas – mas exigências necessárias de um sistema teórico estruturado como uma apologética reificada das relações de produção estabelecidas.

(3) Graças ao pretenso quadro de pseudocausalidade e graças à confusão sistemática de fatores subjetivos e objetivos, bem como de esferas individuais e coletivas de ação, como uma consumação final da “tradução empírica de Parsons, somos brindados com essas linhas: “a nova economia se tornou independente tanto da ‘exploração do trabalho’ precedente como do ‘controle capitalista’ precedente”. O milênio pós-capitalista (“equilíbrio”), dessa forma, chegou para ficar. Nosso irresistível impulso ao regozijo é contido apenas pelas perturbadoras aspas. Primeiro, ficamos ligeiramente ansiosos quando pensamos que a “nova economia” não seja talvez uma *nova economia* afinal de contas, na medida em que foi colocada entre aspas. Segundo, ficamos bastante surpresos ao saber que a “nova economia” se tornou independente tanto da exploração do trabalho precedente quanto do “controle capitalista” precedente: nunca fomos informados antes de que ela fosse *dependente* deles nem tampouco de como a milagrosa mudança foi efetuada tão subitamente. Os problemas potencialmente explosivos “aparecem”, de modo estranho, apenas no momento de seu mágico desaparecimento do panorama equilibrado; além do mais, o “capitalismo” – sem mencionar a “exploração do trabalho” – aparece no livro entre aspas. Tais problemas não parecem ter um *status* ontológico próprio. (Obviamente, eles são invenções de um certo Karl Marx, que é refutado em várias partes desse douto livro, e aparecem na passagem da qual estamos falando.) E tudo culmina, infelizmente, numa proposição não muito tranquilizadora sobre a natureza do milênio pós-capitalista de Parsons. Ou seja, que a nem tão nova economia é apenas “independente” das entidades irreais entre aspas, e que mantém a verdadeira substância – *exploração do trabalho e controle capitalista* – em volume maior do que anteriormente. O que, em linguagem clara, significa que ao fim de nossa longa e árdua jornada lógico-empírica, voltamos ao item número um do *ciclo* realmente circular da “mudança estrutural” de Parsons.⁵⁶

Mesmo assim, a jornada em si não foi, de forma alguma, inteiramente perdida, pois agora compreendemos claramente que o “fato notável”, que Parsons só podia relatar com grande deslumbramento, não é tão notável assim, afinal de contas. “O fato notável, em suma, é a correspondência – categoria por categoria – entre as classificações econômicas estabelecidas dos fatores de produção e das parcelas da renda e uma classificação das categorias de *input/output* dos sistemas sociais, a que se chegou trabalhando independentemente no nível da teoria geral, sem ter de forma alguma em mente as categorias econômicas⁵⁷”. Mas, naturalmente, não havia necessidade alguma de ter “as categorias econômicas em mente” durante a elaboração dos modelos de análises de sistemas: como

Parsons mesmo dá, em algum outro lugar, os modelos dos economistas “modernos” e dos *teóricos gerais* “não competem na mesma maratona metodológica⁵⁸, e, conseqüentemente, sob esse aspecto, podem ser considerados independentemente *uns dos outros*. Contudo o que o criador da *teoria geral* precisava ter em mente – o que, aliás, como vimos, era o caso muitas vezes – não eram “as classificações econômicas estabelecidas”, mas as *relações de produção estabelecidas*, das quais os teóricos sociais de todas as espécies estão longe de se tornarem independentes. É a última correlação – a adoção compartilhada do ponto de vista do capital – que explica a profunda afinidade estrutural entre as categorias e modelos dos economistas apologéticos e os *teóricos gerais*. Pois, na maratona não metodológica, que envolve as perspectivas capitalistas e socialistas de controle social, eles competem lado a lado contra o “manual econômico obsoleto” de Marx, que eles alegam ser “tanto cientificamente errôneo como sem interesse ou aplicação para o mundo moderno⁵⁹”.

A estrutura mais profunda da *teoria geral apologética necessariamente* a impede de realizar a tarefa freqüente e ruidosamente proclamada: a saber, a “exploração intensiva” da realidade socioeconômica – passada e presente – para testar a validade empírica dos seus modelos. Tudo que pode fazer é meramente encaixar fenômenos sociais no leito procustiano de seus próprios modelos e paradigmas, baseados nas características estruturais do capitalismo das corporações. (Exemplos particularmente espalhafatosos desse modo de proceder são oferecidos pelas análises da “racionalidade econômica⁶⁰ e da “estrutura de mercado embrionária⁶¹ das sociedades primitivas, no livro que discutimos.) Essa é a razão pela qual, no fim, a *teoria geral* acaba resultando numa metodologia pela metodologia, mesmo quando assume a aparência de “fatorialidade” pseudo-empírica. A promerida *Odisseia* de “explorações intensivas” está, assim, para além dos poderes dessa *teoria geral*. Os que a praticam, parece-me – com intermináveis invocações metodológicas em seus lábios – estão destinados a se manter para sempre presos ao cavalo troiano pré-fabricado da paradigmática Parsonsilhada.

10. Estrutura social e teoria social

Com base no que vimos até o momento, parece-me que a área ideologicamente mais sensível da ciência social é a cadeia de *princípios e pressupostos fundamentais*, no interior dos quais são elaborados os vários conjuntos de *proposições teóricas específicas* – em certo sentido, “deduções operacionais”. Os primeiros *necessariamente* se ligam mesmo se, com freqüência, inconscientemente – às *características estruturais básicas da formação socioeconômica* dada, o que, em última instância, determina as categorias, os modelos, os princípios, as diretrizes metodológicas e a problemática básica – em resumo: a estrutura – dos campos específicos de investigação em qualquer período determinado da história. (É por

⁵⁶ Desde que estrutura seja definida como “condições internas essenciais de um equilíbrio relativamente estável” (*Economy and society*, cit., p. 248), o conceito parsoniano de “mudança estrutural” se torna, realmente, uma noção muito peculiar.

⁵⁷ T. Parsons, *Economy and society*, cit., p. 28.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 278.

⁵⁹ J. M. Keynes, “Am I a Liberal?”, cit.

⁶⁰ Cf. T. Parsons, *Economy and society*, cit., p. 175-8.

⁶¹ *Ibidem*, p. 283-4.

isso que pode haver uma "crítica da economia política", e não apenas uma crítica dessa ou daquela opinião particular de um economista em particular. Contudo, naturalmente, "economia política" aqui significa um tipo de teoria determinada sócio-historicamente, em oposição a uma "disciplina" genérica, cujo tema seria a "vida econômica da sociedade", pois é somente num determinado período da história que o estudo do metabolismo entre o homem e a natureza vem a ser o tema da *economia política*.)

O caráter ideológico específico de uma teoria social particular é determinado pelo modo em que nela se articulam as características estruturais fundamentais da formação social dada, a partir de uma perspectiva social particular, sob a forma de alguns princípios teóricos básicos e pressupostos (ou premissas) que constituem os pontos de partida, bem como o esquema geral de orientação das linhas de investigação particulares. (por exemplo, a "propriedade privada", "o mercado", "a troca", "a divisão do trabalho" etc. foram considerados pressupostos – desde Adam Smith, com sua "propensão para a troca", até os teóricos atuais, que consideram "como simplesmente dadas" a estrutura e as instituições da sociedade capitalista. O mesmo ocorre com "o Estado", "a família", "o capital", "a administração", "o sistema bancário", "o dinheiro", "a soberania do consumidor", "o contrato", "o parlamento", "o governo" etc. De modo similar, a adoção de conceitos-chave como: "equilíbrio social", "institucionalização" e "socialização" tem conseqüências necessárias para a estrutura global de uma teoria.) Conseqüentemente, um critério básico para se avaliar as pretensões científicas de uma teoria social particular deve ser sua capacidade ou incapacidade de *submeter a uma constante avaliação e reavaliação crítica seus próprios princípios fundamentais e pressupostos*. Nesse sentido, é de primordial importância um acurado exame daquilo que é excluído por uma certa linha de investigação – sob a justificativa de ser um "problema insolúvel para a razão humana", ou de que a dicotomia entre "fatos" e "valores" relega *a priori* o fenômeno debatido ao domínio da "religião" e da "metafísica", ou que sua discussão é incompatível com "os procedimentos metodológicos adequados" ou, novamente, de não poder ser "quantificado" e "reduzido" às categorias adotadas por uma abordagem particular etc. etc. Analogicamente, o não cumprimento das promessas é altamente revelador das limitações estruturais necessárias de certos tipos de teoria social; essas promessas não podem *em princípio* ser cumpridas no interior dos limites da abordagem adotada (por exemplo, o eterno adiamento "temporário" de determinadas tarefas, cujo exame tem uma influência vital nos pressupostos e afirmações de todo o problema: como, por exemplo, o descaso "temporário" pelos problemas das estruturas mais amplas e abrangentes pelos campeões da "pesquisa de pequenos grupos" ou, novamente, as promessas não cumpridas da *teoria geral*, discutida acima).

Na teoria social, é desnecessário dizer que o "*übergreifendes Moment*" (momento preponderante) para fazer as necessárias reavaliações e reajustes é a própria situação sócio-histórica predominante e a posição bem definida de um pensador específico em seu interior. Os problemas que permanecem um mistério total, sob certo ângulo acabam se revelando muito simples na realidade, quando abordados sob uma perspectiva social imune a implicações práticas negativas da solução teórica exigida. Nesse sentido, a adoção da perspectiva *historicamente* mais avançada é de importância vital para a teoria social. Deve-se enfatizar, todavia, que uma perspectiva *historicamente* mais avançada não é garantia em si da solução dos problemas em jogo. Nem se justifica sugerir, como fazem muitos vulgarizadores, que

uma perspectiva social historicamente retrógrada represente *ipso facto* o fim de todo o avanço científico. A atitude prático-crítica requerida para as conquistas científicas significativas, no campo da teoria social, deve ser não apenas *compatível* com os interesses do capital em uma dada conjuntura, mas também até necessária para o prolongamento de sua sobrevivência. Dada a dialética complexa do confronto social, nessa esfera a parada nunca se resume a um "tudo ou nada". Esse é o motivo pelo qual se torna possível a um Keynes, nas circunstâncias desafiadoras da grande crise e suas conseqüências, produzir alguns resultados científicos *parciais no interior* dos limites de sua abordagem global, não obstante sua *total* identificação com a perspectiva do capital, como vimos acima. Como uma teoria geral e tentativa de "refutação" da abordagem marxiana, seu sistema é destituído de outra base senão a puramente apologética. Representa, todavia, um avanço teórico genuíno na compreensão e controle possível de alguns fatores *limitados no interior* do quadro geral do desenvolvimento capitalista num *determinado* estágio histórico. (Torna-se uma total mistificação ideológica à medida que os *resultados parciais* se transformam numa *teoria geral*, reivindicando para si *validade universal*, ao mesmo tempo também que a dimensão *histórica* é eliminada do panorama.) O fato de que na prática socioeconômica essa teoria seja usada para a *manipulação*, não altera o fato de que uma condição importante, embora parcial, do êxito manipulador seja a identificação teórica bem-sucedida de certas correlações e mecanismos de controle que se mantiveram ocultos para a economia burguesa em estágio anterior. (Evidentemente, a "teoria geral" parsoniana é, de fato, uma proposição muito diferente: exatamente por ser *nada mais* que uma *teoria geral* apologética, mesmo quando seu objeto imediato é a "pesquisa de pequenos grupos" ou a análise do "indivíduo como um sistema".) Embora o escopo das conquistas genuínas seja estritamente circunscrito pela exigência de abordar o problema "*de dentro*" do sistema em si, os avanços científicos parciais são possíveis na medida em que uma nova fase histórica do confronto social geral necessitar de alguns reajustes *nas* próprias estruturas capitalistas. (Novamente, percebemos uma importante diferença: enquanto Keynes, com êxito, identifica alguns *mecanismos* de ajuste e controle que temporariamente intensificam o poder do sistema capitalista, Parsons infla as condições, limitadas sócio-historicamente, dos reajustes estruturais manipuladores, transformando-os num "modelo universal" de *mudança estrutural como tal* e mantendo-se sempre *dentro* dos "paradigmas" das estruturas estabelecidas. Isso é o que ele modestamente classifico como descoberta "colombiana" de sua teoria geral, na qual "o ciclo de mudança estrutural" afortunadamente corresponde "ao paradigma de um ciclo de internalização de um padrão de valor no processo de socialização", produzindo, assim, de uma só vez, a "nova sociedade", da qual a "exploração do trabalho" e o "controle capitalista" desapareceram ao longo da mistificação não-tão-colombiana.)

Outro aspecto importante dessa problemática é que a adoção da perspectiva social historicamente mais avançada não é a mesma coisa que uma supressão final de toda ideologia (inteiramente fictícia). Podemos apenas mencionar dois fatores principais nesse contexto. (1) Na teoria social, mesmo o maior avanço científico – como a solução de Marx para os problemas de produção de mercadorias e valor de troca – vincula-se às condições de sua relevância sócio-histórica. O que dissemos acima, sobre os objetos específicos da ciência social como "objetos necessariamente em desaparecimento", aplica-se, também, à problemática marxiana do valor. Contudo, se não se observar as circunstâncias mutáveis e suas

implicações para os conjuntos de relacionamentos, à medida que aparecem nas análises de Marx, a repetição dos mesmos termos, que outrora registram o maior avanço científico no desenvolvimento da teoria social, torna-se uma ideologia paralisante. Daí porque um dos princípios fundamentais da abordagem marxiana estabelece que a crítica marxista “deve ser constantemente aplicada a si própria”. (Façamos uma breve alusão a um problema de vital importância, cuja elaboração não é possível aqui: a demonstração de Marx dos *verdadeiros* termos e fatores do relacionamento “contratual” entre capital e trabalho, que opõe o seu conceito de “força de trabalho” às explicações mistificadoras e dissimuladoras da economia política. É fácil ver que as mudanças efetivas nos termos dessas relações – de acordo com a relação global mutável de forças – têm implicações de longo alcance para toda a teoria formulada por Marx num determinado momento da história. Igualmente, é fácil ver que o fracasso em acompanhar tais implicações sob a forma de demonstrações teóricas adequadas, de acordo com as exigências dinamicamente mutáveis de um período histórico de transição, traz sérias repercussões tanto para a teoria quanto para a prática social associada, mesmo se as pessoas envolvidas tenham adotado, em termos genéricos, a “perspectiva do trabalho”.) (2) E deve ser lembrado que o marxismo não é apenas uma crítica da formação social capitalista – sua negação – mas também uma *estratégia para os reajustamentos instrumentais/institucionais* em um cenário socioeconômico transformado – de fato, e não ficticiamente, em termos *pós-capitalistas*. Nesse último sentido, há, obviamente, uma multiplicidade de limitações e determinações atuantes que tendem a interferir nas estratégias originais embora corretamente concebidas. (Por exemplo, a posição e o poder relativo de um país específico no quadro geral, as limitações dos instrumentos disponíveis e forças produtivas em face das tarefas socioeconômicas dadas, e em constante mudança; o “feedback” negativo em todo o complexo a partir das instituições historicamente constituídas e limitadas sob a pressão do dinamismo social etc.) Fingir que tais forças condicionadoras não existem é nada mais que o pior tipo de mistificação ideológica. A resposta não é a invenção de soluções atemporais, *aprioristicamente* “científicas”, mas o reconhecimento da necessidade de tal “feedback”, e a elaboração de estratégias, bem como de seus veículos de realização, que – enquanto necessariamente ajustadas às condições do *feedback* institucional – se mantêm sob controle *geral* mesmo em condições de retrocessos severos.

Assim, a teoria social não é *externa* aos determinantes ideológicos do condicionamento social e “feedback” institucional, mas interna a eles. É essa complexa dialética de caráter simultaneamente “externo” e “interno”, “crítico” e “autocrítico”, “desvinculado” e “plena-mente envolvido”, “negativo” e “auto-afirmativo” etc. da teoria social significativa e relevante em termos históricos – em oposição às pretensões inteiramente ideológicas da “ciência social axiológicamente neutra” – que a capacita a ser tanto efetiva ideologicamente quanto válida cientificamente, em consonância com as condições sócio-históricas mutáveis de sua esfera de atuação.

II CONSCIÊNCIA DE CLASSE NECESSÁRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE CONTINGENTE*

I. A abordagem marxiana do problema da consciência de classe

As duas citações a seguir ilustram, melhor que qualquer outra coisa, o dilema central da teoria marxista das classes e da consciência de classe. A primeira foi tomada de *A sagrada família*:

Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode imaginar de quando em vez como sua meta. Trata-se do *que o proletariado é* e do *que ele será obrigado a fazer historicamente* de acordo com o seu ser. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e *irrevogavelmente* predeterminadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual. E nem sequer é necessário deter-se aqui a expor como grande parte do proletariado inglês e francês já está *consciente* de sua *missão histórica* e trabalha com constância *no sentido de elevar esta consciência à clareza completa*.¹

A segunda citação, de um trabalho de Gramsci, enfatiza a necessidade vital do desenvolvimento da consciência de classe, de uma forma organizacionalmente efetiva:

Pode-se excluir a idéia de que, por si só, *as crises econômicas produzem* diretamente eventos fundamentais: elas podem apenas criar *circunstâncias mais favoráveis* para a propagação de certas maneiras de pensar, de colocar e resolver questões que envolvem todo o desenvolvimento futuro da vida do Estado. O elemento decisivo em toda a situação é a força, permanentemente organizada e pré-ordenada por um longo período, que pode ser utilizada quando se julgar que

* Publicado originalmente em *Aspects of history and class consciousness*, editado por István Mészáros (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1971), p. 85-127.

¹ K. Marx e F. Engels, *A sagrada família* (São Paulo, Boitempo, 2003), p. 49. Os grifos de Marx são indicados em negrito; os meus, em itálico. O mesmo acontece com outras citações. Negrito e itálico juntos indicam grifos tanto do autor em questão quanto os meus próprios.